



**ÁFRICA  
CARAÍBAS  
PACÍFICO  
PAÍSES E TERRITÓRIOS  
ULTRAMARINOS**



Banco  
Europeu de  
Investimento

*o banco da UE*




**BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO**

**RELATÓRIO ANUAL 2018**

**ÁFRICA  
CARAÍBAS  
PACÍFICO  
PAÍSES E TERRITÓRIOS  
ULTRAMARINOS**

 Banco  
Europeu de  
Investimento

*o banco da UE* 

## **Relatório Anual 2018 das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos**

© Banco Europeu de Investimento, 2019.

Reservados todos os direitos.

Todas as questões relacionadas com direitos e licenças devem ser dirigidas a [publications@eib.org](mailto:publications@eib.org)

Flores originárias de todo o mundo decoram as capas das principais publicações do Banco Europeu de Investimento em 2019. As flores evocam a diversidade e beleza da vida, além de reforçarem a importância de protegermos o nosso ambiente natural.

Na redação deste relatório colaboraram ativamente muitos funcionários das divisões operacionais e internas do BEI e do FEI, aos quais o Banco endereça os seus cordiais agradecimentos pelo apoio prestado.

O BEI agradece aos promotores e fornecedores a seguir mencionados, que disponibilizaram as fotografias que ilustram o presente relatório: ©EIB Photolibrary, ©BCS Group, ©Francois-Xavier Parant, ©Heidi Lipsanen, ©Mireia Gonzalez-Torrijos, ©David Blumenfeld, ©Grainne Harrington, ©Shutterstock, ©Gettyimages. Reservados todos os direitos.

A autorização de reprodução ou de utilização destas fotografias deve ser solicitada diretamente ao detentor dos direitos de autor.

Para mais informações sobre as atividades do BEI, consulte o sítio Web em: [www.eib.org](http://www.eib.org).

Também pode contactar o InfoDesk do BEI em: [info@eib.org](mailto:info@eib.org).

Publicado pelo Banco Europeu de Investimento.

Autores: Brian Power, Gregory Briffa, Ella Drake, Sonia Leonardo e Carmen Sainz

Paginação: EIB GraphicTeam

Impresso em papel FSC. Capa e interior: Munken Polar, FSC Mix.

## **O relatório do BEI sobre as atividades desenvolvidas em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos**

oferece uma perspetiva geral do trabalho realizado pelo Banco para combater a pobreza e impulsionar as economias em desenvolvimento através de novos instrumentos de investimento que apoiam projetos do setor público e privado.

As regiões de África, das Caraíbas e do Pacífico têm necessidades distintas que exigem soluções diferentes. Mas todas elas precisam de ajuda para investir em estradas, pontes, energias renováveis, no aumento da resiliência às alterações climáticas, no setor da água e do saneamento, nas telecomunicações, bem como para reforçar e diversificar a capacidade do setor financeiro para apoiar as pequenas empresas. O Banco Europeu de Investimento procura dar resposta a estas e a muitas outras questões, a fim de ajudar os países em desenvolvimento a criar condições favoráveis a um crescimento económico vigoroso e sustentável. O montante total das operações assinadas pelo BEI nas regiões abrangidas por este relatório atingiu o nível recorde de 1 572 000 milhões de EUR em 2018.

Uma das principais formas de ajuda que o Banco presta às regiões em desenvolvimento é a assistência a grupos da sociedade que, por vezes, são descurados, como os jovens, as mulheres e as comunidades rurais. Queremos que a nossa assistência técnica e financiamento alcancem todas as pessoas, quer vivam nas grandes cidades ou nas aldeias mais pequenas. Se todos forem envolvidos, cada uma terá a oportunidade de lograr sucesso.

Dedique algum tempo a folhear este relatório e fique a conhecer algumas das muitas pessoas que nos países em desenvolvimento trabalham arduamente para singrar na vida e tornar o seu cantinho do mundo mais sustentável. Encontrará histórias sobre mulheres inspiradoras e empreendedoras na Etiópia, sobre como a Gâmbia está a garantir o fornecimento de energia para serviços públicos vitais, sobre o financiamento de pequenas empresas no Haiti e nos Estados Federados da Micronésia, bem como sobre o apoio ao regadio para os agricultores que cultivam terrenos áridos no pequeno país Essuatíni.



# ÍNDICE

<b>6</b>	<b>PREFÁCIO DO VICE-PRESIDENTE AMBROISE FAYOLLE</b>
<b>10</b>	<b>IMPACTO DOS PROJETOS EM 2018</b>
<b>12</b>	<b>O ANO EM REVISTA</b>
<b>14</b>	<b>UMA ANÁLISE APROFUNDADA DO FINANCIAMENTO EM 2018</b>
<b>18</b>	<b>PROJETOS EM DESTAQUE</b>
18	<b>ENERGIA LIMPA: UMA IDEIA BRILHANTE</b>
19	<b>INTEGRAÇÃO DAS REDES ELÉTRICAS NA GUINÉ E NO MALI</b>
20	<b>MULHERES TOMAM AS RÉDEAS DO SEU DESTINO (E APOIAM-SE MUTUAMENTE) NA ETIÓPIA</b>
22	<b>INVESTIMENTO RESPONSÁVEL NO SETOR DA ÁGUA</b>
24	<b>COMO AS PESCAS, AS COLHEITAS E OS QUARTOS DE HOTEL PODEM CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS ILHAS DO PACÍFICO</b>
26	<b>O PILAR DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA ÁFRICA ORIENTAL E CENTRAL</b>
28	<b>NÃO HÁ FALTA DE EMPRESAS, MAS O FINANCIAMENTO É OUTRA HISTÓRIA</b>
<b>30</b>	<b>PARCERIAS</b>
30	<b>UM INSTRUMENTO COM DIMENSÃO HUMANA E IMPACTOS SIGNIFICATIVOS</b>
32	<b>INSTITUIÇÕES CONGÉNERES</b>
32	<b>A FAMÍLIA DA UE</b>
33	<b>INSTITUIÇÕES EUROPEIAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO</b>
34	<b>FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO, MADE IN PORTUGAL</b>
35	<b>ASSISTÊNCIA TÉCNICA, BONIFICAÇÕES DE JUROS E COMBINAÇÃO DE RECURSOS</b>
35	<b>INSTRUMENTOS DE COMBINAÇÃO DE RECURSOS</b>
<b>38</b>	<b>O QUE DIFERENCIA O BEI</b>
38	<b>MAIS DO QUE EMPRÉSTIMOS</b>
42	<b>O ACORDO DE COTONU E O BEI</b>
43	<b>ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS</b>
<b>44</b>	<b>PAÍSES BENEFICIÁRIOS DE COTONU</b>
<b>45</b>	<b>AS OPERAÇÕES DO BEI AO ABRIGO DO MANDATO DE COTONU, EM NÚMEROS</b>
<b>48</b>	<b>OS ANOS VINDOUROS</b>

# PREFÁCIO



**Ambroise Fayolle**  
Vice-Presidente do BEI

Nos últimos anos, tem havido apelos para aumentar o investimento nos países emergentes, de modo a acompanhar as medidas pró-ativas de luta contra a pobreza adotadas pela comunidade internacional. Várias entidades internacionais criaram quadros pioneiros para o estabelecimento de ambições globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, a Agenda 2063 da União Africana e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas. O que todas estas iniciativas têm em comum é a importância que dão às parcerias, uma crença que é partilhada pelo BEI. Em termos simples, se as organizações não colaborarem de forma mais estreita, não teremos qualquer hipótese de atingir as metas ambiciosas definidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou do Acordo de Paris.

Em 2015, aquando da adoção formal da Agenda 2030, que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, todos os bancos multilaterais de desenvolvimento assu-

miram também o compromisso de reforçar o financiamento do desenvolvimento com a participação do setor privado, de modo a que o investimento possa passar de milhares de milhões para a ordem dos biliões. Existe um défice estimado em 2,5 biliões de USD por ano em termos de investimento destinado ao desenvolvimento. Falando em nome do BEI, é preciso fazer mais para suprir esta enorme lacuna de financiamento. O Banco está pronto a desempenhar o seu papel na identificação de projetos sólidos e de boa qualidade e na captação de financiamento de outras fontes, a fim de proporcionar o apoio necessário aos projetos.

No continente africano, investimos um valor recorde de 3 300 milhões de EUR em 2018, dos quais 1 550 milhões de EUR se destinaram a projetos na África Subsaariana. As partes interessadas apelaram ao BEI para investir mais fora da União Europeia, e foi essa a meta que o Banco estabeleceu para a sua atividade. No caso dos países de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), estamos a cumprir



o nosso objetivo. Os 41 projetos assinados ascenderam ao valor recorde de 1 572 milhões de EUR, enquanto os 39 projetos aprovados totalizaram 1 925 milhões de EUR. Quero endereçar os meus agradecimentos a todos os colegas no Luxemburgo e nos nossos gabinetes regionais pelos esforços desenvolvidos.

Como é evidente, a África Subsariana, as Caraíbas e o Pacífico são regiões extremamente diversas, com desafios muito diferentes. Não existe uma política uniforme para apoiar o seu desenvolvimento, embora as regiões partilhem as mesmas preocupações gerais e ideias para a resolução dos seus problemas. As nossas prioridades comuns para as regiões ACP são o desenvolvimento do setor privado e a criação de condições para melhorar as infraestruturas básicas, fazer face às alterações climáticas e promover a integração regional.

O Banco tem a capacidade e a flexibilidade financeira para apoiar projetos de todos os formatos e dimensões, desde que cumpram os seus critérios rigorosos. Em 2018, graças aos inúmeros instrumentos financeiros do Banco, foi possível disponibilizar uma linha de crédito de 200 milhões de EUR ao Afreximbank, dedicada prioritariamente a projetos de ação climática, bem como uma linha de crédito de 4,4 milhões de EUR ao Federated States of Micronesia Development Bank (FSMDB). O BEI apoiou bancos e instituições de microfinanciamento na República Dominicana, com várias operações no valor total de 5,8 milhões de EUR. Investiu também 130 milhões de EUR na interconexão elétrica entre a Guiné e o Mali, bem como 16 milhões de EUR para instalar cabos de fibra ótica na África Oriental e Central. A interconexão ajudará a explorar o enorme potencial de exportação de energias renováveis da Guiné, contribuindo também para garantir o abastecimento energético na África Ocidental. As ligações de fibra ótica proporcionarão acesso à Internet a mais de nove milhões de pessoas, espalhadas por cinco países, especialmente em zonas rurais. Trata-se de uma área fulcral para a África, onde a digitalização é um fator fundamental para garantir um futuro próspero.

Através dos seus instrumentos de financiamento, o Banco consegue investir num vasto leque de setores e iniciativas que apoiam as políticas da UE. O fundo autorrenovável da Facilidade de Investimento ACP tem sido um veículo de grande sucesso através do qual a União Europeia financia

o desenvolvimento do setor privado. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto permitiu a entrada em mercados e setores que apresentam maior risco. Estas diferentes opções de financiamento são uma forma economicamente eficaz de os fundos europeus fazerem a diferença nas regiões ACP. O BEI utiliza tendencialmente os seus recursos próprios para conceder empréstimos ao setor público, que apoiam infraestruturas básicas e fomentam o desenvolvimento económico.

O Banco Europeu de Investimento conta com uma vasta experiência acumulada ao longo dos seus 61 anos de atividade na União Europeia e 56 anos na África Subsariana. O BEI aplica as lições aprendidas em todo o mundo para melhorar os seus instrumentos e as suas operações, respondendo às necessidades das populações no terreno, nos seus países parceiros.

A fim de criar oportunidades em África para a sua vibrante população jovem, apoiar o desenvolvimento do setor privado e reforçar a resiliência nas Caraíbas e no Pacífico, o Banco tem de continuar a intensificar a sua colaboração com outros agentes. É igualmente fundamental que o BEI explore novas abordagens ao financiamento, juntamente com a Comissão Europeia e o Serviço Europeu para a Ação Externa. Exige-se um esforço concertado para envolver o setor privado e forjar relações de financiamento com novos parceiros. Podemos criar instrumentos de partilha do risco e utilizar mais amplamente as garantias e tranches de primeiras perdas. Estas abordagens podem ter um impacto significativo, uma vez que reduziriam os riscos dos projetos, tornando-os atraentes para mais investidores. Podemos criar oportunidades para investidores que, no passado, apenas viam obstáculos.

As instituições públicas e privadas, de todas as dimensões, têm de estar envolvidas nos esforços de desenvolvimento, através do maior número de meios possíveis e em todos os setores. O Banco Europeu de Investimento está pronto a desempenhar o papel que lhe compete.

**DESDE 2003, O BEI INVESTIU MAIS  
DE 12 000 MILHÕES DE EUR NA ÁFRICA  
SUBSARIANA, NAS CARAÍBAS E NO  
PACÍFICO E NOS PAÍSES E TERRITÓRIOS  
ULTRAMARINOS**







# IMPACTO DOS PROJETOS EM 2018

## SETOR PRIVADO

**As linhas de crédito do BEI irão apoiar 477 pequenas empresas e 26 empresas de média capitalização, com um total de 503 empréstimos. O montante médio dos empréstimos será de 532 162 EUR e 5,46 milhões de EUR, respetivamente, preservando 17 300 postos de trabalho em pequenas empresas e 22 700 postos de trabalho em empresas de média capitalização.**

O Banco está a contribuir para linhas de crédito de microfinanciamento, com um valor total de **49 milhões de EUR**, que resultarão em 26 300 empréstimos a microempresas e particulares, no montante médio de 5 295 EUR. Os beneficiários destes empréstimos, que irão preservar 19 500 postos de trabalho, serão maioritariamente (95 %) mulheres.

Os veículos de investimento em microfinanciamento irão apoiar **16 instituições de microfinanciamento** diferentes e 588 000 empréstimos concedidos a beneficiários finais, dos quais 73 % serão mulheres.

Os investimentos em participações disponibilizarão financiamento a 1 360 empresas, que irão **criar 15 990 postos de trabalho.**

## AGRICULTURA, PESCAS E SILVICULTURA

Gestão melhorada de 40 000 hectares de área florestal e plantação de **40 000 hectares** de novas florestas

**13 500 m<sup>3</sup> de água** para regadio, beneficiando mais 2 300 agricultores

Gestão melhorada de **505 750 hectares de terrenos agrícolas** (valor a nível mundial, incluindo o Land Degradation Neutrality Fund; ver p. 36)

---

## ELETRICIDADE E ENERGIA

Capacidade de produção de 2 590 MW de eletricidade a partir de fontes renováveis, suficiente para abastecer **26 236 310 famílias**

Construção/modernização de 1 853 km de linhas elétricas  
**Construção/modernização de 345 km de linhas elétricas** para ligar instalações de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis às redes de distribuição

Poupança energética de 12 500 MWh graças a investimentos na eficiência

---

## SAÚDE, ÁGUA E SANEAMENTO

Melhoria nos serviços de saúde prestados a **3 850 000 pessoas** em África

Menor risco de cheias para 460 000 pessoas no Benim

20 km de canalizações de esgotos/escoamento de águas pluviais  
Construção/modernização de **400 km de condutas e canalizações de água**  
**Criação/modernização** de 40 000 ligações domésticas à rede de abastecimento de água, beneficiando 200 000 pessoas

---

## TELECOMUNICAÇÕES

Instalação de **5 000 km de cabos de fibra ótica**

Mais 858 lugares com cobertura de sinal 4G

Mais 266 lugares com cobertura de sinal 3G

Previsão de 2 810 000 novas assinaturas de serviços de dados móveis

3 400 000 novas assinaturas de serviços móveis tradicionais

---

## INFRAESTRUTURAS

**Criação de 69 300 postos de trabalho** a tempo inteiro durante a construção

Criação de 2 630 postos de trabalho permanentes

# O ANO EM REVISTA

## DESAGREGAÇÃO POR INSTRUMENTO FINANCEIRO

TOMADAS DE PARTICIPAÇÃO

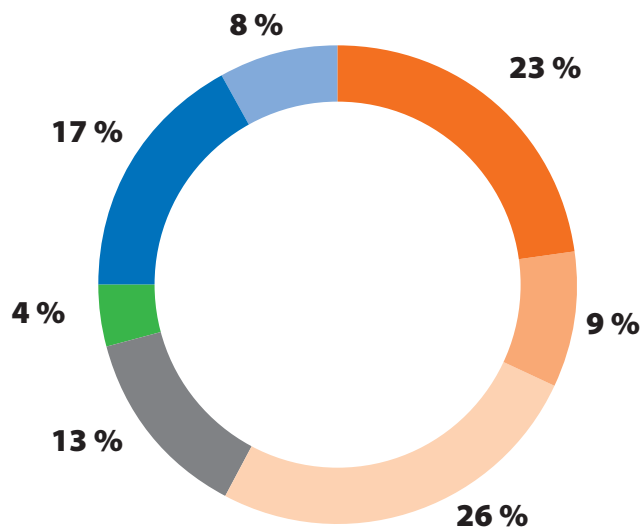
OPERAÇÕES COM MÚLTIPLOS BENEFICIÁRIOS

EMPRÉSTIMOS SÉNIOR



## DESAGREGAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE

- LINHAS DE CRÉDITO
- SERVIÇOS FINANCEIROS
- ENERGIA
- ÁGUA E SANEAMENTO
- TELECOMUNICAÇÕES
- TRANSPORTES
- INDÚSTRIA



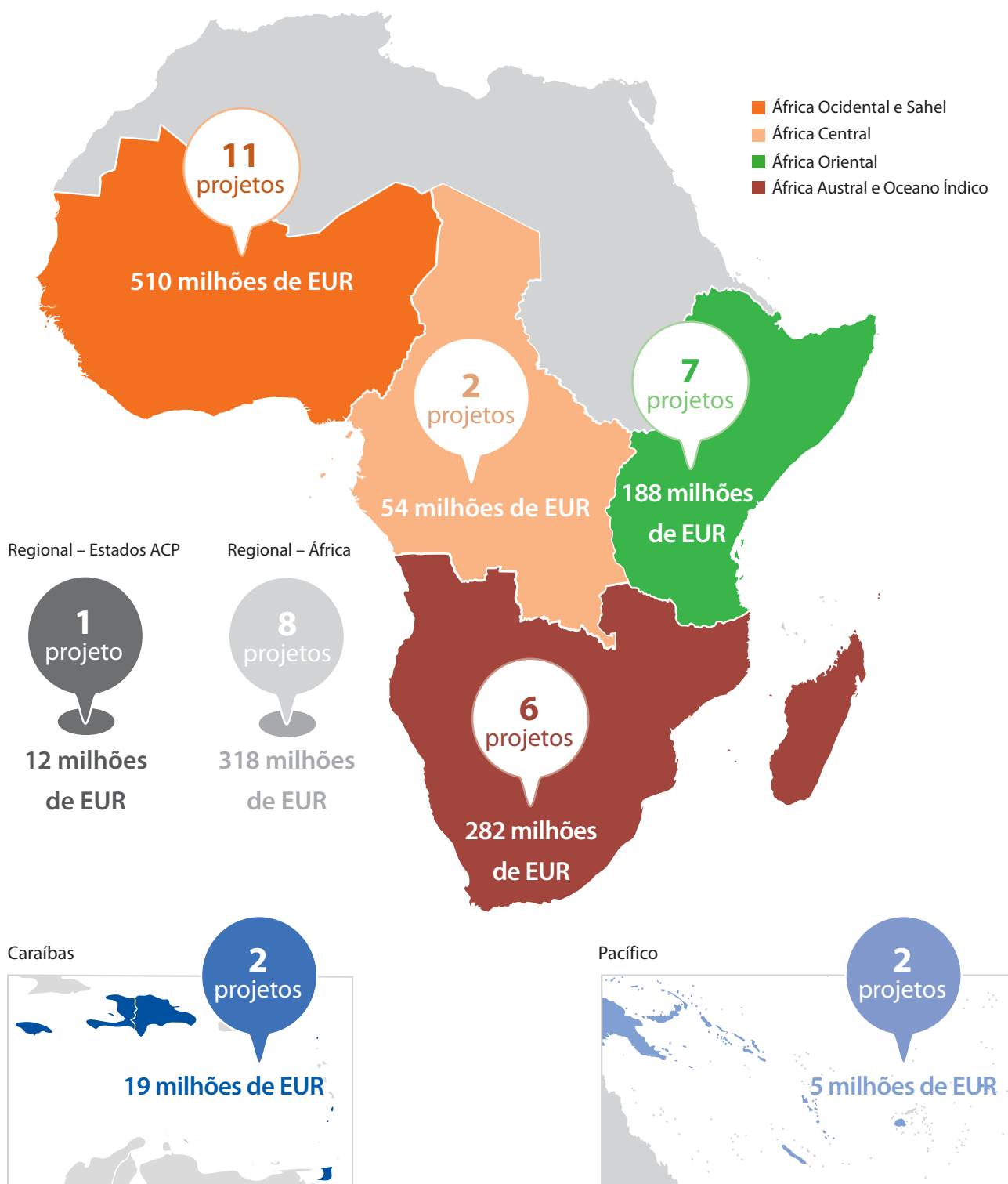
## DESAGREGAÇÃO POR FUNDOS

FACILIDADE DE INVESTIMENTO

RECURSOS PRÓPRIOS DO BEI



## DESAGREGAÇÃO POR REGIÃO



# UMA ANÁLISE APRO- FUNDADA DO FINAN- CIAMENTO EM 2018

**O investimento total do BEI na África Subariana, nas Caraíbas, no Pacífico, bem como nos Países e Territórios Ultramarinos e na República da África do Sul atingiu um novo recorde, com um valor global de assinaturas de 1 572 milhões de EUR, que suplanta o máximo anterior de 1 468 milhões de EUR registado em 2017.**

**As aprovações também atingiram um nível recorde de 1 925 milhões de EUR, em comparação com 1 277 milhões de EUR em 2017. Em 2018, os desembolsos ascenderam a 643 milhões de EUR, um valor praticamente idêntico aos 642 milhões de EUR registados no ano anterior.**

**R**egra geral, o Banco Europeu de Investimento financia o setor privado – uma prioridade nas regiões ACP – através da Facilidade de Investimento ACP. Por sua vez, os recursos próprios do BEI são geralmente utilizados para financiar operações do setor público, que consistem maioritariamente em projetos de infraestruturas. O setor privado não consegue desenvolver-se sem estes projetos. O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, uma dotação separada da Facilidade de Investimento, é utilizado para operações do setor privado que acarretam maior risco, mas também têm um impacto potencial mais elevado.

As assinaturas distribuíram-se da seguinte forma: do montante total de 1 572 milhões de EUR, 814 milhões de EUR provieram da Facilidade de Investimento ACP, dos quais 110 milhões de EUR do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto. Outros 573 milhões de EUR tiveram origem nos recursos próprios do BEI e no Pacote para as Infraestruturas ACP. Por último, os restantes 115 milhões de EUR foram investidos a partir dos mecanismos por conta e risco do BEI, nomeadamente o Mecanismo para a Ação Climática e o Ambiente, no âmbito do qual vários fundos vocacionados para as regiões ACP receberam financiamento, incluindo o Land Degradation Neutrality Fund, o Sustainable Ocean Fund, o Africa Sustainable Forestry Fund e o Green Bond Cornerstone Fund.

Relativamente às verbas provenientes da Facilidade de Investimento, 366 milhões de EUR destinaram-se a linhas de crédito a bancos, o que demonstra o apoio contínuo do BEI ao setor financeiro nas regiões ACP, apesar de o montante afetado a linhas de crédito ter diminuído face a 2017. Destes fundos, 200 milhões de EUR destinaram-

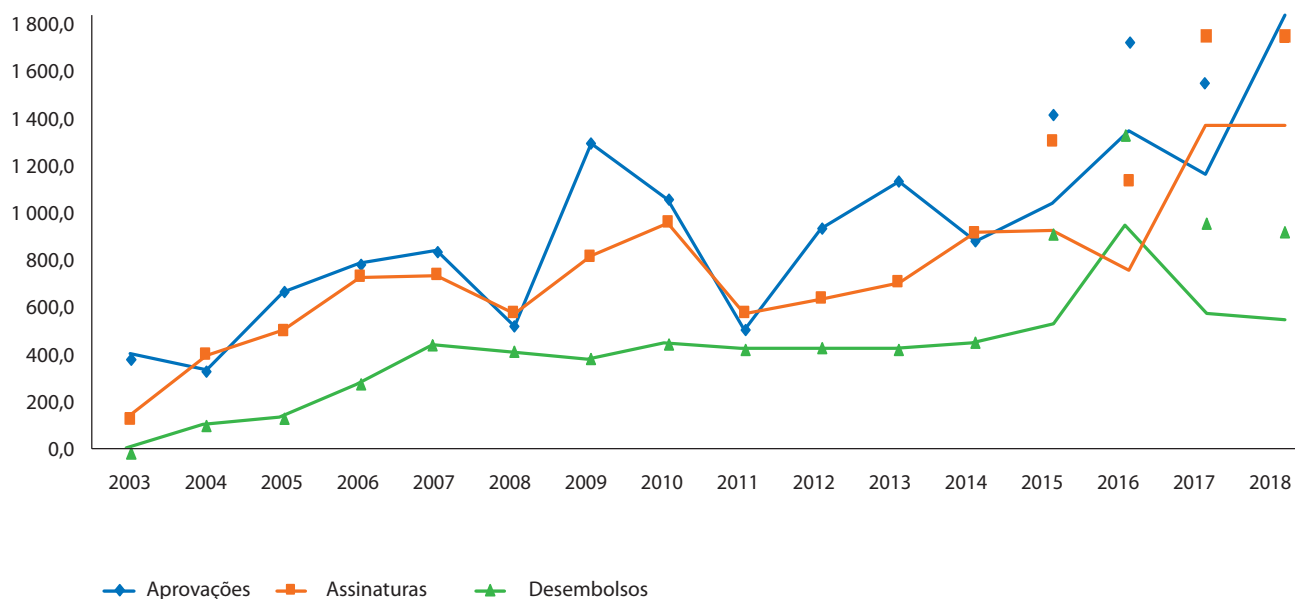
-se ao Afreximbank, a maior operação nos ACP realizada pelo BEI nos últimos cinco anos. As operações de participação no capital diminuíram para 111 milhões de EUR em 2018, face ao valor recorde de 153 milhões de EUR registado em 2017. Estas incluíram operações com novos clientes do BEI, bem como operações subsequentes com clientes já existentes, como a Novastar Ventures e a APIS. O Banco investiu 49,1 milhões de EUR em operações de microfinanciamento na África Ocidental e na Etiópia, bem como nas Caraíbas e no Pacífico, através do Instrumento de Financiamento de Elevado Impacto para as Caraíbas e o Pacífico.

Os recursos próprios do BEI serviram para assinar contratos para nove projetos distintos, no valor total de 573 milhões de EUR. O montante destas operações vai desde 12 milhões de EUR para o FDI Haiti, uma instituição financeira que apoia o progresso económico através do desenvolvimento do setor privado, até 130 milhões de EUR para o projeto de interconexão entre a Guiné e o Mali. Em consonância com o compromisso do BEI de fazer mais em prol da atenuação das alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos, 45 % dos fundos investidos pelo Banco destinaram-se a projetos nestes domínios.

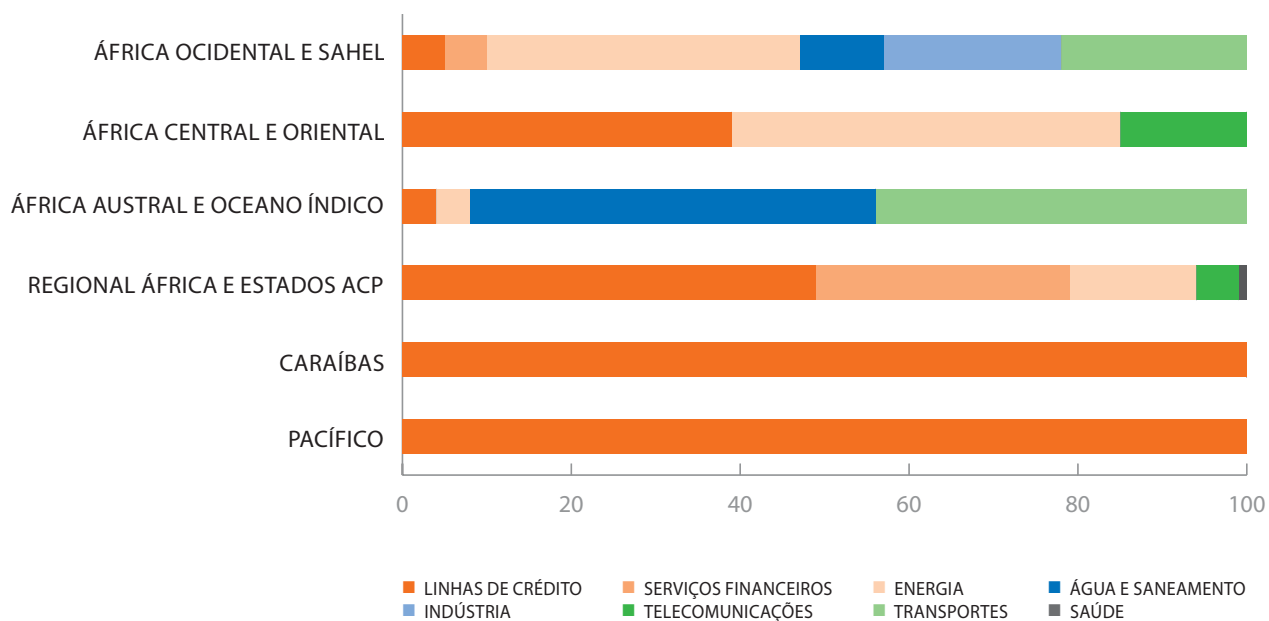
O Banco aprovou investimentos no valor de 70 milhões de EUR na República da África do Sul, sendo os projetos neste país financiados através de uma dotação específica do Mandato de Financiamento Externo, que é gerido pelo BEI, e não pela Facilidade de Investimento ou com recursos próprios do Banco. Na África do Sul, o Banco está a financiar uma linha de crédito para apoiar pequenas empresas e investimentos no setor privado.



## MONTANTES TOTAIS NA REGIÃO ACP, PROVENIENTES DE TODAS AS FONTES DE FINANCIAMENTO, DESDE 2003 (EM MILHÕES DE EUR)



## DESAGREGAÇÃO POR SETOR E POR REGIÃO





## CONTRATOS ASSINADOS EM 2018 AO ABRIGO DO ACORDO DE COTONU (EM MILHÕES DE EUR)

Contratos da FI assinados em 2018					
Estados ACP					
Benim	LIGNE DE CREDIT MULTI BANQUES BENIN SG	Linhas de crédito	Setor privado		12,0
Etiópia	FINANCING WOMEN ENTREPRENEURS IN ETHIOPIA ✓	Linhas de crédito	Setor privado		30,0
Quênia	KENYA TELECOM EXPANSION	Telecomunicações	Setor privado		35,0
Quênia	RADIANT AND ELDOSOL SOLAR PV POWER PLANTS	Energia	Setor privado	*	22,6
Quênia	RADIANT AND ELDOSOL SOLAR PV POWER PLANTS B	Energia	Setor privado	*	22,6
Mauritânia	SNIM VIII	Transportes	Setor privado		50,0
Micronésia, Estados Federados da	FSMDB SME FOCUSED FACILITY	Linhas de crédito	Setor privado	*	4,4
Nigéria	NIGERIA FERTILIZERS	Indústria	Setor privado		106,0
Regional – ACP	SOFID - ACP FACILITY FOR SMES	Linhas de crédito	Setor privado		12,0
Regional – África	AMETHIS AFRICA GROWTH EQUITY FUND II	Serviços financeiros	Setor privado		25,0
Regional – África	ETHOS MEZZANINE PARTNERS III	Serviços financeiros	Setor privado		17,0
Regional – África	AFREXIMBANK TRADE AND CLIMATE ACTION LOAN ▲	Linhas de crédito / Energia	Setor privado		200,0
Regional – África	APIS GROWTH FUND II	Serviços financeiros	Setor privado		30,7
Regional – África	INSIDE EQUITY FUND	Serviços financeiros	Setor privado		12,3
Regional – África Central	WEST AND CENTRAL AFRICA PEFF TMB DRC ▲	Linhas de crédito	Setor privado		3,8
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF II BANQUE RWANDAISE D	Linhas de crédito	Setor privado	*	15,0
Regional – África Oriental	I AND M BANK REGIONAL FINANCING FACILITY KENYA	Linhas de crédito	Setor privado	*	16,4
Regional – África Oriental	EAST AFRICA SME FOCUSED FACILITY BANK OF KIGALI ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	30,0
Regional – África Austral	SOUTHERN AFRICA AND INDIAN OCEAN SMERF ZANACO	Linhas de crédito	Setor privado	*	12,5
Regional – África Ocidental	WEST AFRICA MICROFINANCE FACILITY (GCAMF) ▲	Serviços financeiros	Setor privado	*	12,0
Regional – África Ocidental	WEST AND CENTRAL AFRICA PEFF TMB DRC ▲	Linhas de crédito	Setor privado		11,3
Regional – África Ocidental	SYNERGY PRIVATE EQUITY FUND II	Serviços financeiros	Setor privado		12,8
Zâmbia	SCALING SOLAR PV ZAMBIA I	Energia	Setor privado	*	10,1

703,5



### PFEI-FI ACP Cotonu III

Estados ACP					
Camarões	NACHTIGAL HYDROPOWER PLANT	Energia	Setor privado	*	50,0
República Dominicana	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY E ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	0,8
República Dominicana	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FIN FAC F (BANFONDE) ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	3,4
República Dominicana	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FIN FAC G (FONDESA) ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	1,6
Etiópia	OFF-GRID SOLAR ACCELERATION	Energia	Setor privado	*	4,0
Quênia	OFF-GRID SOLAR ACCELERATION	Energia	Setor privado	*	4,0
Nigéria	OFF-GRID SOLAR ACCELERATION	Energia	Setor privado	*	4,0
Regional – África	MEDICAL CREDIT FUND	Serviços financeiros	Setor privado		2,1
Regional – África	MEDICAL CREDIT FUND	Saúde	Setor privado		2,1
Regional – África	NOVASTAR VENTURES AFRICA FUND II	Serviços financeiros	Setor privado		13,1
Regional – África	EAST AND CENTRAL AFRICA OPTICAL FIBER ROLL OUT	Telecomunicações	Setor privado		15,8
Regional – Caraíbas	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY E ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	1,0
Regional – Pacífico	CARIBBEAN AND PACIFIC IMPACT FINANCE FACILITY E ▲	Linhas de crédito	Setor privado	*	0,3
Tanzânia, República Unida da	OFF-GRID SOLAR ACCELERATION	Energia	Setor privado	*	4,0
Uganda	OFF-GRID SOLAR ACCELERATION	Energia	Setor privado	*	4,0
					<b>110,3</b>
<b>TOTAL FI</b>					<b>813,8</b>

### Contratos a cargo de recursos próprios do BEI assinados em 2018

Estados ACP					
Angola	PRIORITY WATER SUPPLY INVESTMENTS	Água e saneamento	Setor público	*	100,0
Benim	DRAINAGE EAUX PLUVIALES COTONOU ✓	Água e saneamento	Setor público		50,0
Gâmbia	GAMBIA RENEWABLE ENERGY COMP 1 2 ✓	Energia	Setor público	*	57,0
Guiné	INTERCONNEXION ELECTRIQUE 225KV GUINEE MALI ✓	Energia	Setor público	*	130,0
Haiti	FDI MBIL ✓	Linhas de crédito	Setor privado		12,0
Reino de Essuatíni	LOWER USUTHU SMALLHOLDER IRRIGATION II ✓	Água e saneamento	Setor público	*	36,4
Senegal	CORRIDOR COTIER SECTION SUD	Transportes	Setor público	*	65,0
Seicheles	PORT VICTORIA REHABILITATION AND EXTENSION ▲	Transportes	Setor público	*	12,5
Zâmbia	GREAT NORTH ROAD (T2) UPGRADE ✓ ▲	Transportes	Setor público	*	110,0
					<b>572,9</b>
<b>TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS DO BEI</b>					<b>572,9</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36 projetos</b>	<b>39 contratos</b>			<b>1 386,7</b>

✓ Operações que beneficiam/beneficiarão de uma dotação para bonificação de juros e/ou de uma subvenção do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas.

▲ Operações que beneficiam de uma subvenção para assistência técnica.

\* Operações de apoio à ação climática. A ação climática é registada como percentagem das operações de financiamento do BEI assinadas, na medida em que estas estejam em conformidade com as definições, os setores e os tipos de atividade da ação climática, de forma granular (ou seja, contabilizando o componente, o subcomponente ou a proporção relevantes). No que respeita às linhas de crédito, a menos que tenha sido estabelecida uma dotação dedicada à ação climática, o Banco aplicou em 2018 uma estimativa de 2 % como componente climática provável a apurar em futuras afetações ao abrigo de linhas de crédito assinadas em 2018.



# PROJETOS EM DESTAQUE

## ENERGIA LIMPA: UMA IDEIA BRILHANTE

**Para satisfazer as necessidades energéticas da sua população em crescimento, a África tem de diversificar a produção e modernizar as suas redes, para diminuir as perdas de eletricidade.**

**N**o Quênia, o BEI vai investir 45,2 milhões de EUR nas centrais de energia solar Radiant e Eldosol, que serão construídas em Eldoret, na parte ocidental do país. Estas duas centrais separadas estão situadas em locais adjacentes e, embora sejam financiadas como projetos privados, a energia produzida irá alimentar a rede nacional. Com uma capacidade combinada de 96 MW, estima-se que as centrais Radiant e Eldosol venham a fornecer eletricidade a 303 000 casas quando estiverem em pleno funcionamento.

Um projeto semelhante também se encontra em curso na Zâmbia, onde o BEI está a investir noutra central de energia solar, no âmbito do programa «Scaling Solar», uma iniciativa do Banco Mundial gerida pela Sociedade Financeira Internacional, que reúne recursos para financiar projetos privados no domínio da energia solar, nos países em desenvolvimento. A Zâmbia acolhe o primeiro projeto deste programa, que conta com um investimento de 10,1 milhões de EUR do BEI para a central de energia solar,

que ficará localizada na zona industrial a sul da capital, Lusaca. Estima-se que a central tenha capacidade para fornecer eletricidade a 15 000 casas.

Há quem defenda que os kits de energia solar fora da rede são a melhor forma de suprir as carências energéticas de África. Estes kits podem colmatar as insuficiências no abastecimento da rede e constituir uma solução provisória em situações de corte de energia elétrica. À medida que o mercado de soluções fora da rede vai evoluindo, os produtos tornam-se mais sofisticados e as pessoas podem deixar de usar candeeiros a petróleo e geradores a gasóleo, que são pouco fiáveis, inseguros e poluentes. O BEI disponibilizou 50 milhões de EUR do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto a vários fornecedores de energia solar fora da rede para que possam expandir a sua atividade. As primeiras operações foram assinadas em 2018, todas elas com a d.light, uma empresa dedicada ao fabrico e à distribuição de kits de energia solar fora da rede, em vários países, que já havia beneficiado anteriormente de apoio indireto do BEI, através do fundo Energy Access Ventures Fund. Cada tranche da operação está avaliada em cerca de 4 milhões de EUR e irá apoiar a expansão da empresa na Etiópia, no Quênia, na Nigéria, na Tanzânia e no Uganda. Estas operações irão beneficiar milhões de famílias e microempresas, em zonas rurais e urbanas, em grande medida graças ao modelo de pagamento por assinatura, que elimina os custos iniciais para o cliente, permitindo que um maior número de famílias



com baixos rendimentos tenha acesso a luz elétrica e aquecimento.

O programa de Energias Renováveis da Gâmbia combina energia solar dentro e fora da rede, numa tentativa de reduzir as emissões provenientes de combustíveis fósseis e de resolver o problema crónico da falta de acesso à eletricidade. Menos de metade da população do país tem atualmente acesso à eletricidade e, nas zonas rurais, este número chega a ser inferior a 10 %. O programa dividido em quatro etapas, que é cofinanciado pelo Banco Mundial e pela União Europeia ao abrigo da Plataforma de Investimento para a África, irá beneficiar de um empréstimo do BEI no valor de 57 milhões de EUR. A capacidade de produção instalada na Gâmbia irá aumentar graças a uma central de energia solar de 20 MW, enquanto cerca de 430 km de novas linhas elétricas ajudarão a expandir a rede e a reduzir as perdas (em 2017, estima-se que 22 % da eletricidade na rede da Gâmbia se perdeu devido às infraestruturas precárias). Estas linhas também contribuirão para uma maior integração da Gâmbia no Grupo de Energia da África Ocidental.

Será prestado apoio institucional para garantir que os projetos possam ser executados com as competências necessárias. A última componente do projeto torna o programa ainda mais inovador, na medida em que irá combinar painéis solares, com e sem ligação à rede, e baterias para fornecer eletricidade a 1 100 escolas e centros de saúde espalhados por todo o país, com particular incidência nas zonas rurais. A nova infraestrutura irá resolver o problema dos apagões, que afetam frequentemente o sistema elétrico nacional, beneficiando assim a população em todo o país.

Localizada nas cataratas que lhe dão o nome, a central hidroelétrica de Nachtigal, nos Camarões, irá melhorar o

acesso à eletricidade para cerca de seis milhões de pessoas, além de fornecer pela primeira vez eletricidade a mais 1,4 milhões de pessoas. A central hidroelétrica irá produzir cerca de 420 MW de energia, que será injetada na rede nacional através de uma nova linha de transporte. O projeto irá aumentar a capacidade de produção instalada dos Camarões em 30 %, mas o país ainda está longe de concretizar o seu potencial de produção de energia hidroelétrica, de 12 GW. A operação está estruturada como parceria público-privada entre a Electricité de France International, a Sociedade Financeira Internacional e o Governo dos Camarões. No mínimo, 10 Instituições de Financiamento do Desenvolvimento e quatro bancos comerciais locais estão a financiar o projeto, que tem um custo estimado de 1 200 milhões de EUR, e no qual o BEI está a investir 50 milhões de EUR de fundos do PFEI.

## INTEGRAÇÃO DAS REDES ELÉTRICAS NA GUINÉ E NO MALI

**Através do Grupo de Energia da África Ocidental, 14 países procuram integrar as suas redes elétricas para melhorar o acesso à eletricidade.**

O Grupo de Energia da África Ocidental (WAPP) está a ser implementado por fases, sendo a interconexão elétrica entre a Guiné e o Mali a terceira secção a receber financiamento do BEI, depois dos projetos de interconexão da CLSG e da OMVG, cujos contratos foram assinados em 2012 e 2015, respetivamente. A CLSG liga a Costa do Marfim, a Libéria, a Serra Leoa e a Guiné, enquanto a OMVG (Organisation pour la Mise en Valeur du Fleuve Gambie) irá ligar a Gâmbia, a Guiné, a Guiné-Bissau e o Senegal. Para a Guiné, o projeto é estrategicamente importante, pois o país não está a concretizar o seu potencial em termos de produção hidroelétrica. Com um empréstimo do BEI no valor de 130 milhões de EUR, o projeto de interconexão da Guiné e do Mali prevê a instalação de 714 km de linhas de transmissão de 225 kV e, para além de ligar os dois países, aumentará o comércio de eletricidade. O projeto também fornecerá, pela primeira vez, eletricidade a algumas zonas rurais da Guiné, ajudando a diminuir a dependência da população em relação aos geradores a gásóleo. Nos próximos anos, deverá entrar em funcionamento no país uma nova central hidroelétrica de 450 MW. A nova infraestrutura ajudará a integrar esta eletricidade limpa na rede existente.



## MULHERES TOMAM AS RÉDEAS DO SEU DESTINO (E APOIAM-SE MUTUAMENTE) NA ETIÓPIA

**A Etiópia tem manifestado um interesse ativo em apoiar as mulheres empreendedoras, de modo a criar emprego e melhorar as condições de vida. O BEI está a investir 30 milhões de EUR no Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo Feminino.**

O Governo etíope está a congregar esforços para apoiar as mulheres empresárias e ajudá-las a obter acesso ao financiamento. Sob os auspícios do Banco de Desenvolvimento da Etiópia (Development Bank of Ethiopia, DBE) estão a surgir diversos programas que visam criar oportunidades para as empresas no país. O BEI está a investir em alguns destes programas, tendo assinado contratos de empréstimo para o programa «Leasing and Lending for SMEs», em 2016, e depois para o Programa de Desenvolvimento do Empreendedorismo Feminino (Women Entrepreneurship Development Programme, WEDP) em 2018. Estes programas, ambos criados pelo Banco Mundial, recorrem a intermediários locais para prestar apoio às empresas, nas diferentes etapas da sua evolução, e têm contribuído para alargar o leque de opções de financiamento ao dispor das pequenas empresas na Etiópia.

### Sara – uma mulher inspiradora

Sara Mohamed sempre teve um espírito empreendedor, seguindo o exemplo da sua mãe, que construiu uma vida melhor para si e para os seus filhos gerindo um pequeno negócio, numa época em que isso era quase impossível. A

experiência deixou uma marca indelével em Sara. Desde criança que se interessava pela moda e pelo *design* e, tendo-se tornado modelo na Etiópia, acabou por deixar a sua casa e família, em Dire Dawa, para ir atrás do seu sonho. A sua carreira de modelo levou-a, primeiro, a Adis Abeba e, mais tarde, até Paris. Mas desde os 12 anos que o seu sonho era criar o seu próprio negócio de moda, na Etiópia.

Em 2004, Sara Mohamed fundou a sua empresa, a Next Fashion Design, uma mistura de escola de *design*, empresa de confeção e agência de modelos. Sara explica que nunca se imaginou apenas a fazer vestuário, embora goste de exibir os melhores *designs* e tecidos que a Etiópia tem para oferecer. A Next Fashion Design desenvolve a sua atividade em dois locais diferentes em Adis Abeba: a escola de *design* tem vista direta para o aeroporto de Bole, enquanto a loja e o estúdio ficam no centro da cidade. Em última instância, o plano é juntar tudo debaixo do mesmo teto, e foi para isso que Sara Mohamed recebeu um empréstimo do ENAT Bank, através do programa «Leasing and Lending for SMEs», que conta com o apoio do BEI.

Embora Sara Mohamed queira colocar as criações de moda etíope no mapa internacional, a sensação com que se fica é que a escola de *design* é a sua verdadeira paixão. A escola oferece vários cursos diferentes, que vão desde um programa curto de três meses, que ensina conceitos básicos de *design* a pessoas que dispõem de pouco tempo ou talvez apenas queiram ganhar algum dinheiro extra através de trabalhos de costura, até um curso mais longo, de dois anos e meio. Segundo Sara Mohamed, no final do curso, os

alunos «estão aptos a fazer tudo o que lhes for pedido – padrões, *design* e costura».

«São extremamente influentes e também estão a criar excelentes empresas», comenta Sara Mohamed, referindo-se aos seus alunos.

Maki Dikgole aconselha Sara Mohamed e presta-lhe apoio na gestão dos cursos. Maki, que é originária da África do Sul, acredita que Sara deu início a uma nova vaga de estilistas. «Ela ensina todos os aspetos. É muito inspiradora, e talvez por isso é que cerca de 95 % dos estilistas que estão a ter sucesso em Adis Abeba surgiram a partir da Next Design», adianta Maki.

## Oportunidade de financiamento

Marashet Tsehay teve uma ideia de negócio quando estudava informática na universidade. Interessou-se pela forma como o software de *design* gráfico podia ser utilizado na indústria transformadora e pensou em abrir uma gráfica. «Comecei esta empresa do zero. Precisava de uma pequena quantia para abrir uma loja pequena, provavelmente cerca de 500 EUR, para começar», revela Marashet Tsehay.

Confidenciamos que não sabia como arranjar o dinheiro e dirigiu-se a um banco. «Uma vez que era estudante, não dispunha de qualquer garantia. No entanto, o banco aceitou uma carta de garantia, que é possível obter-se quando se trabalha para uma grande empresa ou para o Governo. A minha mãe é professora e o meu irmão também é professor e artista – e tive a sorte de conseguir o capital dessa forma», explica.

A empresa de Marashet Tsehay, a Impact Printing and Graphics, cria *designs* personalizados para clientes que imprimem em papel, têxteis e outros materiais. No seu estúdio em Adis Abeba, a empresa também cria conceitos de *design* para clientes empresariais. Tal como Sara Mohamed, da Next Design, também Marashet Tsehay está ansiosa por fazer crescer o seu negócio, mas é difícil encontrar o tipo de empréstimo certo.

O programa WEDP está vocacionado para empresas como a Impact Printing and Graphics, que pretendem alargar a sua oferta e contratar mais funcionários, mas precisam de capital para o efeito. O montante médio previsto para os empréstimos ao abrigo do programa ronda os 7 700 EUR, um valor demasiado elevado para a maioria das instituições de microfinanciamento, mas demasiado baixo para os bancos comerciais. O programa tem como objetivo colmatar esta lacuna e prevê a concessão de cerca de 17 000

- Empréstimo do BEI no valor de **30 milhões de EUR**, a cargo da Facilidade de Investimento ACP (montante total do programa de 88 milhões de EUR)

- Diretamente vocacionado para pequenas empresas detidas por mulheres

- Contribui para a concretização do



- **32 954 postos** de trabalho preservados nas empresas beneficiárias

empréstimos a empresas como a de Marashet Tsehay, durante a sua vigência.

## Seguir a paixão

As empresas geridas por Sara Mohammed e Marashet Tsehay têm uma preocupação maior do que a obtenção de lucros, pois também querem ajudar as mulheres. «O conselho que posso dar a qualquer jovem empresária é que se dedique ao que a inspira e apaixonona», afirma Marashet Tsehay, que diz poder ajudar nas questões relacionadas com o negócio: como obter um empréstimo, ou como gerir uma empresa.

Este tipo de aconselhamento e apoio faz parte do espírito da Next Design. «Na verdade, 80 % dos alunos que formamos na nossa escola são mulheres e 20 % são homens», revela Sara Mohamed. «Pessoalmente, gosto de ser um pilar para as mulheres. Adoro apoiar e capacitar as mulheres. Se eu ensinar as competências necessárias a uma mulher, ela irá fundar a sua própria empresa e fará o mesmo por outras mulheres», acrescenta.

Capacitar as mulheres e ter impacto nas suas vidas é o que apaixonou Sara Mohamed. «Quando vejo mulheres que têm um bom salário, conseguem mandar os filhos para a escola, têm uma boa casa e boa comida na mesa, em suma, que têm uma vida desafogada, sinto-me satisfeita, porque essa é a minha missão de vida. O meu sonho é mudar vidas e, ao mesmo tempo, mudar a forma como nos vestimos aqui na Etiópia», sublinha.

## INVESTIMENTO RESPONSÁVEL NO SETOR DA ÁGUA

As infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento constituem uma prioridade do BEI nas regiões ACP. Em muitos países, as redes de água não servem a população de forma adequada ou estão saturadas e são vulneráveis aos efeitos das alterações climáticas. Estes constrangimentos verificam-se tanto nas zonas rurais como nas urbanas. Para melhorar o acesso, os novos projetos têm de reforçar a resiliência das infraestruturas e utilizar os recursos de forma mais inteligente.

### Adaptação às novas realidades em Cotonu

Cotonu é a maior cidade do Benim, bem como o centro económico do país. Tem cerca de 700 000 habitantes e está localizada numa faixa costeira baixa e estreita, entre o oceano Atlântico e o lago Nokoué, perto do delta do rio Ouémé. Com duas estações de chuva por ano, é comum a ocorrência de inundações na cidade. Em 2010, as chuvas torrenciais provocaram uma catástrofe, com grande parte da cidade a ficar submersa. A inundação obrigou à evacuação em massa da população e causou a proliferação de doenças transmitidas pela água, como a cólera e a diarreia, um cenário que se repetiu em boa parte do território da África Ocidental.

As alterações climáticas estão a provocar condições meteorológicas mais extremas. As inundações de 2010 na África Ocidental já não podem ser consideradas acontecimentos isolados, e a população tem de se adaptar a esta nova realidade. A situação levou o Governo do Benim a elaborar um plano diretor de recolha de águas pluviais, que esteve na origem de um novo programa para fazer face às inundações em Cotonu. Em 2018, o BEI aprovou o investimento de 50 milhões de EUR no projeto, que tem um custo total de 128 milhões de EUR. Estima-se que os prejuízos económicos causados pelas inundações de 2010 representaram um custo de 262 milhões de EUR para a cidade, em termos de perda de receitas.

O projeto visa melhorar a capacidade de Cotonu de resistir a condições meteorológicas extremas. A cidade está em rápido crescimento, especialmente para oeste, mas grande parte dessa expansão é constituída por aglomerados populacionais semiformais e informais. Os serviços de abastecimento de água potável e de saneamento são deficitários em toda a cidade, mas de forma ainda mais acentuada nestas zonas, e as águas pluviais podem inundar rapidamente os bairros sem drenagem adequada. O projeto em Cotonu prevê a construção de 34 bacias de retenção em diferentes locais da cidade, 20 das quais serão financiadas pelo BEI. Para além das bacias, também serão instalados canais de escoamento. Esta nova infraestrutura impedirá as águas das cheias de invadirem as ruas e os







aglomerados populacionais de Cotonu. A chuva intensa faz parte da realidade da vida aqui, mas este projeto irá proteger dois terços da população contra os elementos da natureza.

### **Património agrícola em Essuatíni**

Embora seja um dos países mais pequenos de África, Essuatíni tem uma grande diversidade geográfica, com montanhas, florestas tropicais e savanas. Uma grande parte dos habitantes de Essuatíni (antiga Suazilândia) depende da difícil agricultura de subsistência. Os agricultores em Lowveld, que é a região mais seca e pobre do país, enfrentam dificuldades acrescidas.

Para fazer face a esta situação, o Ministério da Agricultura do país criou a empresa Eswatini Water and Agriculture Development Enterprise (eSWADE), com o objetivo de promover a agricultura comercial e o desenvolvimento socioeconómico. A gestão dos recursos hídricos e a ampliação do regadio são uma componente extremamente importante do projeto. O BEI investiu na construção da barragem e albufeira de Lubovane, no âmbito da primeira fase do projeto Lower Usuthu Smallholder Irrigation Project (LUSIP). A albufeira, que armazena o excesso de água quando o caudal do rio Usuthu sobe, permite o regadio de 6 500 hectares adicionais de terrenos áridos onde os agricultores locais podem, assim, cultivar alimentos durante o ano inteiro.

O Banco está agora a investir 36 milhões de EUR na segunda fase do LUSIP. A ideia é alargar os canais de rega e as redes de distribuição de água, de modo a levar água a mais 5 217 hectares de terrenos. Além disto, novos sistemas de bombagem irão substituir os antigos, melhorando a produção agrícola em mais 533 hectares de terrenos agrícolas. Prevê-se que o projeto crie cerca de 1 500 postos de trabalho permanentes, beneficiando diretamente 2 300 agricultores e melhorando as condições de vida de 10 000 pessoas. A eSWADE visa combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável mediante a criação de empresas constituídas por pequenos agricultores, que irão não só gerir os sistemas de regadio, como também utilizar os recursos hídricos e energéticos de forma mais eficiente, através de tecnologias agrícolas modernas.

A principal cultura na região de Lowveld, junto ao rio Usuthu, é a cana-de-açúcar, da qual Essuatíni é um dos maiores produtores e exportadores. O país depende das importações de outras culturas, nomeadamente de alimentos básicos, como o milho, mas está a envidar esforços no sentido de intensificar o cultivo de milho e banana, a fim de reduzir as onerosas importações destes alimentos.

## COMO AS PESCAS, AS COLHEITAS E OS QUARTOS DE HOTEL PODEM CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL NAS ILHAS DO PACÍFICO

O Banco de Desenvolvimento dos Estados Federados da Micronésia está a ajudar a construir um futuro sustentável na nação insular remota.

Os Estados Federados da Micronésia (EFM), cuja população total ronda os 110 000 habitantes, estão sob ameaça devido às alterações climáticas, ao seu isolamento geográfico e às ligações de infraestruturas precárias. O país é composto por mais de 600 ilhas e atóis. O Governo identificou quatro setores prioritários para impulsionar o crescimento. Através da Facilidade de Investimento ACP, o BEI está a apoiar o Banco de Desenvolvimento dos Estados Federados da Micronésia (Federated States of Micronesia Development Bank, FSMDB) no seu trabalho com o setor privado para construir um futuro económico sustentável e resiliente..

### Mudança de mentalidades

«O nosso Governo deu prioridade ao turismo, à pesca, à agricultura e à energia», revela Anna Mendiola, Diretora Executiva do FSMDB. Os quatro setores enfrentam a ameaça das alterações climáticas e debatem-se com o isolamento geográfico da nação. O banco de desenvolvimento vislumbra oportunidades, prestando apoio aos empresários locais para desenvolverem os seus negócios. «O FSMDB é o principal financiador do setor privado nas ilhas», explica Anna Mendiola, acrescentando que «o banco tem filiais nas quatro maiores ilhas – Pohnpei, Chuuk, Yap e Kosrae – e cerca de dois terços dos donos de empresas nos EFM são nossos clientes».

Os 37 colaboradores do banco de desenvolvimento servem todo o país. A pequena população está dispersa por várias ilhas, com diferentes climas, culturas e necessidades. «Yap e Kosrae têm pouquíssimos habitantes», explica Anna Mendiola. «Enquanto os primeiros são muito tradicionais, os outros são muito religiosos. Por isso, temos de trabalhar caso a caso em projetos que irão realmente ajudar essas ilhas.» Existem sinais promissores, pois a ilha de Yap tem um potencial inexplorado como destino turístico, com vastos recifes que são perfeitos para a prática de mergulho. O Dia de Yap, que se celebra todos os anos a 1 de março, mostra a cultura única da ilha e atrai visitantes de diversas origens.



- Empréstimo do BEI no valor de **5 milhões de USD**
- Deverá preservar **802 postos de trabalho** nos Estados Federados da Micronésia e em pequenas e médias empresas
- Contribui para a concretização dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



### Círculo vicioso

O seu isolamento geográfico coloca os Estados Federados da Micronésia à mercê das companhias aéreas quando se trata de atrair turistas. As companhias aéreas reconhecem o potencial das ilhas, mas consideram a falta de quartos de hotel um obstáculo a ligações aéreas regulares. Por seu turno, os empresários hoteleiros gostariam de renovar ou expandir as suas instalações, mas receiam fazê-lo se não houver mais voos. Este dilema aplica-se a todas as ilhas e não tem a ver apenas com o aumento da capacidade, mas também com o reforço da resiliência. A subida do nível das águas do mar e a volatilidade do clima já fazem parte do quotidiano nestas ilhas.



«Em Yap, acabámos de concluir um projeto, o ESA Bay View Hotel», informa Anna Mendiola. No âmbito da remodelação, o piso do restaurante foi elevado para impedir que a água do oceano chegue ao restaurante durante a maré alta, que está a subir tal como os níveis do mar. O teto e as janelas do restaurante foram substituídos para permitir a passagem de luz e brisa suficientes, promovendo a eficiência energética. Os proprietários de hotéis procuram, cada vez mais, executar projetos deste género, e o banco de desenvolvimento está a considerar ativamente outros pedidos de financiamento.

## Diversificação

Outro fator que está a ensombrar o futuro das ilhas é o termo do Tratado de Livre Associação com os Estados Unidos, em 2023. Estão em curso negociações com vista à sua substituição, mas a incerteza teve repercussões. «Se o tratado terminar, isso terá um impacto imediato, especialmente nos setores do comércio grossista, retalhista e externo», afirma Mendiola.

Isto não é algo que deva dar azo a visões fatalistas. Anna Mendiola vê lacunas na produção local que podem ser colmatadas. «Pergunto-me, muitas vezes, porque é que as coisas são como são», afirma. «Porque é que importamos produtos frescos, como legumes, por exemplo? Podemos cultivá-los aqui.»

Anna Mendiola equaciona a possibilidade de os restaurantes associados a hotéis e mercearias assinarem contratos independentes com agricultores, com base nos quais

o banco de desenvolvimento poderia depois financiar esses agricultores. «Podemos fazer muito mais pelo nosso mercado doméstico e pensar em exportar para o Guame, as Ilhas Marshall, o Nauru e Quiribáti», sugere.

Os avanços na área das telecomunicações também têm propiciado a criação de novas empresas. A instalação de cabos de fibra ótica fez aumentar o número de prestadores de serviços capazes de «concorrer ativamente com a operadora existente, a FSM Telecommunications Corporation, em termos de oferta de pacotes aos consumidores, incluindo serviços de televisão, telemóvel e acesso à Internet». Com a melhoria das infraestruturas, «assistimos a um aumento no número de pequenas empresas, nomeadamente lojas que vendem e reparam telemóveis, iPads e computadores», acrescenta Mendiola.

O banco de desenvolvimento também está a apoiar as empresas locais, como a System Resources, que começou a fabricar mobiliário de escritório personalizado: balcões, armários e outros artigos de carpintaria. Um investimento do banco de desenvolvimento permitiu ao proprietário da System Resources, Oliver Nanpei, apostar na diversificação e oferecer um leque alargado de modelos e produtos, bem como aceitar projetos em maior escala, desde pequenas obras de remodelação a novos edifícios. «O FSMDB apoia verdadeiramente a nossa empresa com as opções que oferece em termos de planos de pagamento», reconhece Oliver Nanpei. Ao trazer competências e experiência para o mercado local, o banco de desenvolvimento ajuda a pôr termo à dependência de fornecedores externos e ligações de transportes difíceis.

Existe um movimento em prol de um desenvolvimento mais sustentável nas ilhas, tanto a nível microeconómico como macroeconómico. O FSMDB está em vias de obter a acreditação do Fundo Verde para o Clima, ao mesmo tempo que o Governo apresentou o seu programa nacional. A acreditação permitiria desbloquear empréstimos em condições favoráveis e subvenções para projetos que ajudem as ilhas a adaptar-se às alterações climáticas, integrando esse financiamento num quadro mais amplo.

O banco de desenvolvimento tem um conjunto robusto de projetos em carteira. Na verdade, a procura é superior à capacidade de financiamento do banco. O FSMDB está a procurar novos investimentos, para poder aumentar o seu próprio impacto. O setor público reconhece que o setor privado é a base que alicerça o futuro da ilha, e o que se espera do banco é que proporcione aos empresários os meios para aproveitarem as oportunidades. «Ao longo de todos estes anos, deram-nos o peixe. Só agora é que estamos a aprender a pescar», salienta Anna Mendiola.

## O PILAR DIGITAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO DA ÁFRICA ORIENTAL E CENTRAL

**A digitalização será a pedra angular em que assentará o desenvolvimento de África, e a Internet impulsionará significativamente a concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O BEI está a apoiar a instalação de redes de fibra ótica na África Oriental e Central.**

**E**stima-se que a Internet possa acrescentar 300 000 milhões de USD ao PIB de África até 2025. Mas é necessário um esforço concertado para garantir o acesso universal, de modo a que o impacto possa chegar a toda a população. Através do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, o BEI está a investir 18 milhões de USD no Bandwidth and Cloud Services Group (BCS Group), que levará a Internet de alta velocidade, a preços acessíveis, a milhões de pessoas desprovidas de acesso a este serviço.

Yonas Maru fundou a empresa em 2010. «Era minha convicção profunda que a redução dos custos e a melhoria da qualidade das infraestruturas de telecomunicações são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das pessoas na África Central e Oriental», afirma. A empresa instala cabos de fibra ótica, que são depois utilizados pelos operadores de telecomunicações retalhistas para melhorar a sua cobertura e oferta de serviços. Atualmente, a infraestrutura do BCS Group serve clientes no Uganda, no Quênia, no Ruanda e na Zâmbia. Para além destes mercados, a infraestrutura da empresa também se estende a pontos fronteiriços no Burundi, na República Democrática do Congo e no Sudão do Sul, a partir dos quais as operadoras locais podem conduzir o tráfego de dados para as suas próprias redes. A filosofia da empresa é bastante simples: a cobertura de Internet deve ser o mais completa possível e chegar às pessoas que dela mais precisam.

### Milhões de pessoas servidas

O BCS Group está disposto a instalar cabos de alta capacidade onde outras empresas não se aventuram – em zonas rurais e remotas, e em locais com más ligações rodoviárias. «Estamos a facilitar o crescimento sustentável das redes dos operadores, ao expandirmos a nossa infraestrutura em zonas do continente mal servidas e sem litoral», explica Yonas Maru. É aqui que o BEI intervém, ajudando a financiar a próxima fase de expansão da rede, que virá a servir

nove milhões de pessoas. Neste âmbito, foram instalados cabos submarinos no lago Tanganica e no lago Albert. «Vivemos momentos empolgantes», afirma Yonas Maru, com um sorriso. «Os cabos submarinos permitem-nos contornar as tradicionais fronteiras continentais e evitam a instalação de cabos em locais sem a infraestrutura rodoviária adequada», explica.

Os dois lagos são verdadeiramente importantes para o projeto, na medida em que o lago Tanganica constitui, efetivamente, a ligação do BCS Group entre o Norte de África e a África Austral.

Yonas Maru esclarece que a rede atual da empresa no Uganda e no Ruanda passará pelas águas internacionais do lago para chegar à Zâmbia. A partir daí, irá estender-se até à fronteira meridional da República Democrática do Congo. Revela ainda que o lago Albert permitirá à empresa ligar o Uganda à fronteira oriental da República Democrática do Congo.

Um dos Grandes Lagos de África, o Tanganica apresenta desafios específicos. Depois do lago Baikal, na Rússia, é o lago de água doce mais antigo, profundo e de maior dimensão do mundo, em termos de volume. «Na sua parte mais profunda, o lago Tanganica atinge mais de 1,5 km de profundidade», salienta Yonas Maru. «Temos de planear metodicamente as nossas estratégias de construção e manutenção. Também adotámos um vasto conjunto de medidas para avaliar os potenciais impactos a nível ambiental e social da instalação de cabos submarinos em ambos os lagos. Temos de minimizar os impactos na vida selvagem e nas comunidades locais», conclui.

### Benefícios a vários níveis

Os clientes diretos do BCS Group são os operadores de telecomunicações, que, graças aos cabos do grupo, podem interligar as cidades, fomentando a conectividade. No entanto, os beneficiários finais são as pequenas empresas e os particulares. «Os nossos operadores servem as comunidades locais. Desde serviços de voz, dados e fibra até casa, os operadores de redes móveis e fornecedores de serviços de Internet proporcionam acesso à conectividade de fibra ótica fiável e a preços acessíveis a milhões de consumidores, entre os quais se contam instituições de ensino, hospitais e empresas», explica Maru.

A nível individual, os benefícios tornam-se mais evidentes. Em África, de um modo geral, as comunicações móveis deram um salto em frente como jamais as linhas telefónicas fixas conseguiram dar. A acessibilidade dos preços é um fator a ter em conta neste contexto, e 98 % do tráfego de



Internet em África é gerado por sistemas móveis, sendo que as assinaturas de serviços móveis crescem a um ritmo três vezes superior ao de qualquer outro continente. Uma vez que a penetração dos serviços móveis em África é mais baixa, muitos destes novos clientes são assinantes pela primeira vez. Outro motivo prende-se com a conveniência que as redes móveis oferecem. «Já se comprovou inúmeras vezes que a conectividade móvel impulsionou o crescimento do nosso continente. Damos primazia ao serviço móvel», considera Yonas Maru. «E a tecnologia de ponta permite-nos saltar etapas em termos de desenvolvimento, evitando a necessidade de termos 400 anos de desenvolvimento industrial físico graças a um simples tubo de fibra ótica de quatro polegadas enterrado a 120 cm abaixo do solo.»

Yonas Maru afirma que as redes do BCS Group disponibilizam serviços diferentes a diversos grupos de pessoas. «O dono de uma pequena empresa que obtém acesso a comunicações 3G ou 4G tem uma família que irá gozar dos benefícios associados ao crescimento da sua empresa. As pessoas que conseguem contactar com as suas famílias noutras províncias e países beneficiam, tal como os idosos que recebem pagamentos móveis dos seus familiares mais próximos em vez de pagamentos em dinheiro – estas são vantagens reais e tangíveis», defende.

- Empréstimo do BEI no valor de **18 milhões de USD** (projeto com um custo de 46 milhões de USD)
- Contribui para a concretização dos seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:



- Benefícios diretos para **9 241 000 pessoas** – **4,6 milhões** das quais são mulheres

## Apenas o início

Embora África esteja a avançar no sentido de atingir 100 % de penetração no mercado das comunicações móveis, ainda há muito trabalho a fazer. Em todo o continente, as empresas digitais e os serviços móveis continuam a ser pouco numerosos e dispersos, impedindo o desenvolvimento das empresas tecnológicas em fase de arranque. A curto prazo, essas empresas em fase de arranque podem esperar que as infraestruturas acompanhem a procura, mas a longo prazo, o seu crescimento é limitado pela falta de acesso a financiamento ou por dificuldades na expansão da sua atividade. «O processo disruptivo na educação, na saúde e nos serviços financeiros ainda agora começou», acredita Yonas Maru, apontando o exemplo do M-PESA, um serviço de transferência de dinheiro digital no Quênia, como uma exceção à regra. O M-PESA, no Quênia, fez muito sucesso e teve uma influência significativa no M-Birr, na Etiópia, que é apoiado pelo BEI, mas Maru acredita que ainda há «margem para a inovação neste domínio». Existem autocarros movidos a energia solar no Uganda e entregas por drone no Ruanda. Estes avanços estão ainda a dar os primeiros passos.»

A adesão aos *smartphones* em África está a aumentar à medida que as redes se expandem. Embora nem todos os serviços móveis básicos dependam da tecnologia de *smartphone*, a sua importância está a crescer. Prevê-se que a taxa de penetração de *smartphones*, que era de 15 % em 2015, chegue aos 50 % em 2020. Os preços dos aparelhos estão a descer, tal como o custo dos dados.

O BCS Group planeia terminar a construção das suas novas redes em 2020 e estima que a nova infraestrutura venha a servir mais de nove milhões de pessoas. As zonas mal servidas e sem litoral da República Democrática do Congo, do Uganda, do Ruanda, do Sudão do Sul e da Zâmbia, onde são necessárias soluções digitais inovadoras para satisfazer necessidades quotidianas, especialmente ao nível dos serviços bancários e de ensino, têm merecido especial atenção.

Antes da expansão, as redes da empresa serviam três milhões de pessoas. «Sinto um orgulho incrível por poder afirmar que, em apenas dois anos, teremos triplicado o nosso impacto neste continente e que estamos a contribuir para o progresso de África. Afinal de contas, o acesso aos dados não é um luxo – é uma pedra basilar do desenvolvimento de um país», sublinha Yonas Maru. «As nossas redes são um dos alicerces do desenvolvimento, promovendo o progresso de todos os cidadãos, em todos os níveis económicos. Para além dos benefícios económicos associados à maior conectividade, funcionam como um fator de união do nosso continente através das transações, do comércio e da diversão, independentemente das fronteiras criadas pelo homem», acrescenta.

## NÃO HÁ FALTA DE EMPRESAS, MAS O FINANCIAMENTO É OUTRA HISTÓRIA

Com o apoio do BEI, uma instituição pública sem fins lucrativos está a mudar o panorama para as pequenas empresas no Haiti, o país mais pobre do hemisfério ocidental.

O Fonds de Développement Industriel (FDI) foi criado no Haiti, em 1981, para apoiar as pequenas empresas do país e reforçar a economia, cuja fragilidade remonta a várias décadas. A linha de crédito concedida pelo BEI, no valor de 12 milhões de EUR, representa o primeiro investimento do Banco no fundo.

Não faltam pequenas empresas no Haiti. «As condições gerais para criar uma empresa aqui são bastante boas», refere Edgard Jeudy, Diretor-Geral do FDI. «As pessoas não têm falta de ideias. Simplesmente, há falta de financiamento», acrescenta. O país tem nove bancos comerciais, mas estes são geridos de forma muito conservadora. Os empréstimos comerciais costumam ser concedidos a um pequeno número de clientes existentes, em detrimento de novos empresários ou cooperativas. Os bancos também tendem a centrar atenções no financiamento do comércio e das populações urbanas, pondo de lado as comunidades rurais. É necessário colmatar esta escassez de financiamento para que o Haiti possa aproveitar os seus abundantes recursos naturais. O setor privado pode explorar o potencial do país, mas

- Empréstimo do BEI ao setor público, no valor de **12 milhões** de EUR, destinados ao setor privado
- Programa de assistência técnica significativa concebido para reforçar a capacidade dos promotores.
- Deverá preservar **20 100 postos de trabalho** nas empresas beneficiárias finais
- Contribui para a concretização do:



primeiro é necessário implementar as estruturas para esse efeito.

### Padrões mais elevados

«Na verdade, o nosso setor privado até funciona bem ao nível do comércio, mas o setor produtivo continua a ser demasiado pequeno», afirma Edgard Jeudy. O FDI procura dar resposta a este problema. Enquanto fundo de desenvolvimento, o FDI tem prioridades diferentes dos bancos comerciais, apesar de financiar algumas das mesmas empresas. Edgard Jeudy sublinha que o interesse primordial do fundo não é a obtenção de lucros, mas sim o investimento em projetos que tenham potencial para se desenvolver, tornando-se empresas sustentáveis. Para que o setor produtivo seja mais eficiente, é necessário haver uma evolução das mentalidades, para a qual o BEI está a contribuir através de um programa de assistência técnica.

«Falámos com financiadores que querem trabalhar conosco e percebemos que era necessário mudar a forma como fazemos as coisas e fortalecer a nossa instituição», adianta Edgard Jeudy. «A assistência técnica permitir-nos-á fazer essa mudança, melhorando a governação e a gestão do risco, por exemplo», acrescenta. Edgard Jeudy acredita que a melhoria dos padrões irá atrair outras instituições e ajudar o FDI a crescer.

«O Haiti tem pontos fortes – e cabe-nos a nós, bem como ao setor privado, aproveitá-los», defende. «Basta ver o quão próximos estamos do maior mercado do mundo: os Estados Unidos. Existe um enorme potencial para exportarmos os nossos produtos frescos para esse mercado. Temos um clima tropical e produzimos frutas que outros locais simplesmente não podem produzir», acrescenta Edgard Jeudy.

Pierre Lubin, Diretor de Operações do FDI, considera que a falta de financiamento está a limitar o país, tal como os problemas ao nível das infraestruturas, nomeadamente, as redes rodoviárias, portuárias e elétricas. «Acredito que, quando esses problemas forem resolvidos, o país possa realmente crescer», sublinha.

### Vetiver, sisal e mangas

A capital, Port-au-Prince, é o centro económico mais importante do Haiti e sede da maioria dos interesses comerciais do país. O FDI está a congregar esforços para incluir as comunidades rurais no desenvolvimento do país. Que diferenças se verificam no resto do país? O norte do Haiti está a tornar-se um destino turístico. «Essa zona está a desenvol-

ver-se bastante bem, à semelhança do sul, embora o ritmo aqui seja um pouco mais lento», adianta Edgard Jeudy. O FDI recebe pedidos para financiar hotéis, mas, por vezes, as iniciativas no domínio da agricultura são mais interessantes. Edgard Jeudy cita a região meridional de Les Cayes, onde são cultivados produtos com elevada procura a nível mundial. A título de exemplo, o Haiti é o maior produtor e exportador mundial de vetiver, um óleo essencial utilizado em perfumes. «No sul do Haiti, temos bastantes clientes que estão envolvidos na produção de óleo vetiver», refere Edgard Jeudy, acrescentando que «esta é uma área com verdadeiro potencial de crescimento».

Outro exemplo é Cap-Haïtien, no norte do país, onde se pratica o cultivo do sisal, uma planta fibrosa utilizada para fabricar cordas e tapetes. «Estamos a financiar um projeto na área da produção de sisal. Trata-se de um projeto bastante importante, porque diz respeito a uma cadeia de valor completa», revela Edgard Jeudy. «Começa na plantação, prossegue com as atividades de processamento e transformação, e termina na comercialização dos produtos acabados.»

Os projetos rurais têm potencial, mas neste momento, as zonas rurais são ofuscadas pelo peso económico de Port-au-Prince. Pierre Lubin salienta que «Port-au-Prince representa cerca de 70 % da atividade económica do Haiti». «As plantações de sisal ficam no norte do país, mas a indústria têxtil está localizada na capital, à exceção de um pequeno polo. Esta é a realidade atual.»

A manga, pela qual o Haiti é célebre e que cresce em abundância no centro do país, é outra cultura com potencial comercial. «Temos uma variedade, a manga Madame Francique, que é extremamente popular nos Estados Unidos. Há uma associação de produtores que processa e exporta a fruta. Uma empresa que financiámos está a instalar um pomar e uma unidade de processamento, para além de comprar mangas à população local. Esta é uma história de sucesso», defende Pierre Lubin.

Trata-se também de uma jogada inteligente. As exportações para os EUA estão sujeitas a normas e requisitos de rastreabilidade, pelo que a formalização dos procedimentos possibilita o crescimento das exportações. «E não temos apenas mangas. É possível utilizar as instalações durante todo o ano. Porque não exportar também pimentos e malaguetas?», questiona Pierre Lubin.

## A próxima geração

A inclusão económica no Haiti é um problema difícil, que é preciso resolver para permitir o desenvolvimento do país. O FDI está a congrega esforços para financiar

*start-ups* e empresas criadas por jovens, um domínio em que a linha de crédito do BEI pode ajudar. O FDI também financia uma linha de crédito separada dirigida exclusivamente a mulheres empresárias. Os problemas do Haiti em termos de infraestruturas criam um círculo vicioso: apesar do enorme potencial das zonas rurais, as infraestruturas negligenciadas levam as pessoas a abandonar o campo, em vez de ficarem e criarem empresas.

«É realmente uma pena. Existem milhares e milhares de hectares de terras aráveis que poderiam ser usadas na agricultura, mas por qualquer motivo, as coisas não estão a funcionar. Temos de analisar formas de financiar projetos rurais com instrumentos especializados, acautelando devidamente os riscos – tanto para os investidores como para os produtores», defende Edgard Jeudy.





# PARCERIAS

**O Banco Europeu de Investimento é o braço financeiro da União Europeia. Os acionistas do BEI são os Estados-Membros da UE, que são também quem define a abordagem aos projetos que este financia e ajudam a orientar a política do Banco. Seria impossível ao BEI financiar o seu vasto leque de projetos sem o apoio dos Estados-Membros e da Comissão Europeia. Isto aplica-se tanto às operações a cargo da Facilidade de Investimento como às atividades financiadas com os seus recursos próprios. Por estes motivos, o Comité da Facilidade de Investimento é um ponto de contacto extremamente importante entre o Banco e os países da UE.**

## **UM INSTRUMENTO COM DIMENSÃO HUMANA E IMPACTOS SIGNIFICATIVOS**

**O Comité da Facilidade de Investimento foi criado em 2002, sendo composto por um representante de cada Estado-Membro da UE e um representante da Comissão Europeia.**

O Comité da Facilidade de Investimento (CFI) emite pareceres sobre propostas de financiamento relativamente a todos os projetos do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos países e territórios ultramarinos, antes da respetiva apresentação ao Conselho de Administração do Banco, quer os projetos sejam financiados através da Facilidade de Investimento ACP ou dos recursos próprios do BEI, sendo também consultado sobre questões políticas e estratégicas. A presidente do Comité e representante finlandesa, Anne af Ursin, é conselheira financeira do Ministério das Finanças da Finlândia e membro do Comité desde 2004. Segundo esta responsável, a Facilidade de Investimento evoluiu imenso desde que foi criada e teve uma influência significativa nos projetos.



## Projetos em evolução

«No início deste milénio, a Facilidade de Investimento era verdadeiramente inovadora», refere Anne af Ursin. «Hoje em dia, temos outros instrumentos semelhantes, mas naquela altura, tínhamos as subvenções e pouco mais. A Facilidade de Investimento é renovável – ou seja, os montantes recuperados são utilizados para financiar novas iniciativas – e tem funcionado muitíssimo bem. O seu histórico é deveras impressionante», acrescenta.

É certo que a Facilidade de Investimento evoluiu desde que iniciou as suas operações, não só em termos de perfil e âmbito dos projetos financiados, como também ao nível do trabalho do Comité. «Durante os primeiros anos, as nossas conversas centravam-se frequentemente nos aspetos básicos da Facilidade. Eram suscitadas muitas questões relativas à fixação dos preços e à gestão do risco. Parece-me que foi por aí que começámos», recorda. «Do ponto de vista dos projetos, as coisas também mudaram, embora sempre se tenha colocado a tónica no setor privado. Para exemplificar as diferenças, lembro-me que, na altura, costumávamos discutir projetos de hotéis nas Caraíbas, bem como de extração – grandes projetos de exploração mineira sustentável. Atualmente, já não se veem muitos projetos deste género».

Isso significa que a apetência mudou? «Julgo simplesmente que, ao longo dos últimos cinco anos, as perspetivas têm sido bastante diferentes. Agora, temos o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, que é uma novidade. Parece haver muito mais empréstimos intermediados, e as PME tornaram-se verdadeiramente uma área de foco.» No entanto, esta é uma parte natural do processo de diversificação e não significa necessariamente a substituição de um tipo de projeto por outro. «Reparei que a diversidade de setores é, sem dúvida, mais ampla», explica Anne af Ursin. «Talvez não estejam representados todos os setores que possamos imaginar. Não creio que já tenha havido muitos projetos no domínio da segurança alimentar, mas o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto proporciona, também nesta área, novas oportunidades de expansão. Além disso, a Facilidade de Investimento não é assim tão grande. Tem uma dimensão humana e, como tal, não pode fazer tudo», acrescenta.

## Desbravar novos caminhos

O facto de as decisões serem tomadas por representantes de todos os países da UE torna a Facilidade de Investimento num verdadeiro instrumento europeu para o desenvolvimento. A Facilidade também contribuiu para mudar mentalidades. «Acredito sinceramente que a Facilidade de Investimento tem sido uma fonte de inspiração», afirma Anne af Ursin. «Hoje em dia, já toda a gente entende a importância

da alavancagem e da catalisação do investimento privado – a Comissão Europeia lançou os seus instrumentos de combinação de recursos em 2010. Julgo que é uma pena a Facilidade de Investimento não ser mais conhecida nos Estados-Membros, pois proporciona uma oportunidade rara para olharem verdadeiramente de perto para os projetos. Falando por mim, sinto-me muito envolvida no trabalho que está a ser realizado. Também penso que os elementos de desenvolvimento têm vindo a ser reforçados nos ministérios da UE e no próprio BEI», constata.

## Uma abordagem europeia

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU tendem a dominar o debate sobre a melhoria das condições de vida em todo o mundo. A Facilidade de Investimento proporciona à União Europeia uma forma eficiente de contribuir para estes objetivos. «Se analisarmos o aspeto do financiamento, seria imprudente abdicar deste instrumento. Penso que todos os membros do Comité concordariam com esta afirmação», sublinha Anne af Ursin. «Os Estados-Membros recebem tanto a troco de tão pouco, graças à estrutura renovável. O consumo de capital é mínimo e foi investido imenso *know-how*», refere.

É evidente que a África, em particular, precisa de muito mais investimento, e Anne af Ursin acredita que a União Europeia pode fazer mais, mas reitera a necessidade de uma «abordagem europeia» – a qual pode passar pela Facilidade de Investimento. «Sinceramente, não vejo outra alternativa para avançarmos a não ser dando continuidade à Facilidade de Investimento. É importante termos uma visão a longo prazo, para além do termo do Mandato de Cotonu, em 2020», acrescenta. Poderá haver um ou outro aspeto a melhorar, mas 16 anos e quase 500 projetos depois, a Facilidade de Investimento catalisou quantias significativas de financiamento e melhorou a qualidade de vida de milhões de pessoas nas regiões ACP. Toda a Europa se pode orgulhar desse feito.



Anne af Ursin

## INSTITUIÇÕES CONGÊNERES

**No contexto da Agenda 2030, os bancos multilaterais de desenvolvimento – incluindo o Banco Europeu de Investimento – comprometeram-se a reforçar o financiamento do desenvolvimento através da mobilização de capital do setor privado, no espírito da narrativa que preconiza um aumento do investimento de «milhares de milhões para a ordem dos biliões».**

**E**mbora a principal prioridade do Grupo de BMD seja colmatar o défice anual de financiamento de quase 2,5 biliões de USD nos países em desenvolvimento, com vista a concretizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também tem dedicado uma atenção crescente à qualidade do investimento, aumentando os padrões ambientais, sociais e de governação, procurando chegar aos grupos mais pobres e vulneráveis, e reforçando a sofisticação da sua perceção e avaliação do impacto.

As infraestruturas continuam a figurar entre as principais prioridades a nível mundial: o Japão, que preside ao Grupo dos 20 em 2019, identificou-as como um motor do desenvolvimento, dando atenção renovada à qualidade. No âmbito do Grupo de Trabalho sobre Infraestruturas (Infrastructure Working Group, IWG) do G20, os bancos multilaterais de desenvolvimento irão trabalhar três temas principais em conjunto, através da sua plataforma de colaboração para as infraestruturas, nomeadamente: as normas, a melhoria do crédito e a preparação dos projetos. Estes bancos também criaram uma iniciativa conjunta para a recolha de dados sobre as infraestruturas, trabalhando em parceria com um vasto leque de intervenientes, incluindo investidores a longo prazo. A nível regional, as atenções estão centradas em África, especialmente do ponto de vista da resiliência: o investimento em infraestruturas sustentáveis e o acesso equitativo aos serviços serão essenciais para servir uma população que deverá duplicar até 2050.

Em simultâneo, os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) estão a redobrar esforços para responder aos problemas das deslocações forçadas e da migração. Através de uma plataforma de coordenação conjunta sobre a migração e as deslocações forçadas, as instituições concentram-se em quatro domínios: um quadro comum, a partilha de dados e conhecimentos, a coordenação operacional e os instrumentos de financiamento.

A coordenação entre os BMD é particularmente intensa no domínio da ação climática. O BEI acompanha o financiamento da ação climática utilizando definições desenvolvidas e harmonizadas em cooperação com instituições congêneres. Foram acordados cinco princípios voluntários: 1) o com-



promisso com estratégias de ação climática; 2) a gestão dos riscos climáticos; 3) a promoção de objetivos inteligentes em matéria climática; 4) a melhoria do desempenho climático; e 5) a prestação de contas no âmbito da ação climática. Como parte destes esforços, os bancos de desenvolvimento estão a formular uma abordagem comum à concretização dos objetivos estabelecidos ao abrigo do Acordo de Paris.

## A FAMÍLIA DA UE

**Na qualidade de banco da UE, o BEI desempenha um papel fundamental na aplicação das políticas da UE, dentro e fora da União. Nos países ACP, a atividade do BEI é totalmente coerente com as políticas externa e de desenvolvimento da UE e também com os objetivos específicos definidos no Acordo de Cotonu ACP-UE.**

**O** Banco encetou diversas conversações estratégicas e técnicas com contrapartes no Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), nas Direções-Gerais da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (DEVCO) e dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECFIN) da Comissão Europeia, bem como num conjunto de outras direções. Estas conversações visam reforçar a cooperação nas regiões ACP e identificar sinergias ao nível do financiamento e da combinação de recursos. Mais recentemente, estes esforços incluíram reuniões de coordenação anuais, por região, com os departamentos geográficos da DEVCO (contando também com a participação do SEAE), bem como reuniões entre contrapartes da Comissão Europeia e do BEI, por setor e por questões estratégicas de prioridade horizontal (negociações pós-Cotonu, Aliança UE-África).



Também a nível dos países, existe uma forte cooperação com a Comissão Europeia – e com o SEAE, desde que foi criado em 2010. A criação de gabinetes locais do BEI nas delegações da UE em países fora da União, bem como a expansão geral da rede de gabinetes externos do BEI resultou numa cooperação muito mais estreita, especialmente no terreno.

## INSTITUIÇÕES EUROPEIAS DE FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

**Em termos operacionais, o BEI e as demais Instituições Europeias de Financiamento do Desenvolvimento (IEFD) cooperam através de financiamentos conjuntos, principalmente no contexto de três iniciativas:**

### A iniciativa «European Financing Partners»

No final de 2018, o BEI/a FI tinha afetado 490 milhões de EUR à iniciativa «European Financing Partners». Após cancelamentos, foi disponibilizado um montante total de 303 milhões de EUR, com 245 milhões de EUR afetados a 32 projetos. As verbas comprometidas destinaram-se, maioritariamente, a intermediários financeiros (34 %), infraestruturas de telecomunicações (19 %) e à indústria (16 %). A Nigéria e o Quênia foram os principais beneficiários dos fundos.

### Interact Climate Change Facility

O fundo de 300 milhões de EUR vocacionado para o combate às alterações climáticas foi constituído em 2011 com

uma dotação de 50 milhões de EUR do Banco Europeu de Investimento, através da Facilidade de Investimento ACP. Assenta no conceito da iniciativa «European Financing Partners», com a participação da Agence Française de Développement (AFD). Em 31 de dezembro de 2018, tinham sido aprovados ou encontravam-se em apreciação nove projetos nas regiões ACP, no valor agregado de 135 milhões de EUR. O BEI está a participar em dois destes projetos através da Interact Climate Change Facility (ICCF), tendo comprometido 12,8 milhões de EUR. Além disso, o Banco está a cofinanciar outros três projetos, juntamente com o FMO, o banco de desenvolvimento dos Países Baixos, e a ICCF. A maioria dos projetos da ICCF insere-se nos setores da energia eólica (43 %) e solar (27 %). Os atuais compromissos do BEI são válidos até novembro de 2019.

### Instrumento UE-IEFD de Desenvolvimento do Setor Privado

Desde 2014, a Comissão Europeia confia ao BEI a gestão do Instrumento UE-IEFD de Desenvolvimento do Setor Privado (EEDF), que conta com uma dotação de 45 milhões de EUR. O instrumento proporciona garantias de crédito parciais a projetos elegíveis aprovados no âmbito da iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4All), que são depois submetidos à EFP ou à ICCF para efeitos de financiamento. Até à data, o BEI emitiu uma garantia de 5,35 milhões de EUR para um projeto da ICCF com a Mobisol, que comercializa sistemas de energia solar na modalidade pré-pago para clientes com baixos rendimentos no Ruanda e na Tanzânia. Este instrumento está atualmente a ser reestruturado, para permitir uma aplicação mais flexível das garantias, acompanhando a evolução dos planos de negócio das IEFD.

Em 2018, o Banco também concedeu uma linha de crédito de 12 milhões de EUR à SOFID, a agência de desenvolvimento portuguesa, para financiar pequenas empresas nas regiões ACP, principalmente nos países lusófonos. Marta Mariz, Presidente da Comissão Executiva da SOFID, contou-nos as suas expectativas para esta parceria.

## FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO, MADE IN PORTUGAL

**A Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito S.A. (SOFID) é o banco de desenvolvimento de Portugal. Criada em 2007, tem como missão apoiar o desenvolvimento do setor privado no exterior da UE.**

**E**m 2018, o BEI assinou a sua primeira operação com a SOFID, a instituição portuguesa de financiamento do desenvolvimento. Sendo um dos membros de menor dimensão da associação de Instituições Europeias de Financiamento do Desenvolvimento (IEFD) e doadora do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas, a SOFID apresenta oportunidades para o BEI apoiar pequenas empresas de novas formas e em novos mercados, onde o Banco ainda não desenvolve a sua atividade. O novo instrumento será orientado para Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Ao trabalhar com o BEI, a SOFID pode também diversificar as suas próprias operações e, basicamente, fazer mais.

- Um empréstimo de **12 milhões de EUR** do BEI deverá mobilizar 24 milhões de EUR de investimentos do setor privado
- A operação deverá preservar **1 600 postos de trabalho** em pequenas e médias empresas
- A SOFID irá oferecer prazos na ordem dos cinco anos, mais longos do que os disponibilizados pelos atuais intervenientes no mercado

No entanto, os primeiros anos de atividade da SOFID não foram propriamente um mar de rosas. «A SOFID foi criada em 2007 e, depois disso, o mundo enfrentou anos difíceis!», afirma Marta Mariz, Presidente da Comissão Executiva. «No nosso caso, ainda tivemos a agravante da relativa juventude do banco e da crise que afetou a economia portuguesa, mas resistimos às dificuldades e saímos reforçados.»

Fundada com um capital de 10 milhões de EUR, a SOFID desenvolveu posteriormente a sua capacidade, tendo o capital aumentado gradualmente até atingir 18 milhões de EUR em 2018. O Estado português continua a ser o principal acionista, juntamente com quatro grandes bancos comerciais e a Corporación Andina de Fomento (CAF), o Banco de Desenvolvimento da América Latina, que se tornou acionista em 2017. A SOFID também gere o fundo InvestimoZ, no valor de 94 milhões de EUR, que apoia investimentos em Moçambique. A sua abordagem é abrangente, em consonância com as políticas que orientam as IEFD. «A nossa prioridade é apoiar o setor privado. O ponto comum de todos os projetos financiados pela SOFID é que contribuem para o desenvolvimento sustentável da economia local e das popu-

lações. A nossa área de atuação não está confinada aos países lusófonos, mas a realidade é que os nossos clientes tendem a concentrar-se nos mercados que conhecem melhor, que são aqueles que têm ligações estreitas a Portugal. Esses nossos clientes são principalmente PME e dedicamos especial atenção aos desafios que enfrentam quando entram em novos mercados, sobretudo nos países em desenvolvimento», explica Marta Mariz.

Isto significa que, para além de projetos no Brasil, em Marrocos, no México e na Argélia, a SOFID também apoia projetos em Moçambique, Angola e Cabo Verde. Os projetos variam consideravelmente. «Aprovámos uma garantia para apoiar a autoestrada da informação em Angola e, mais tarde, um grupo farmacêutico escolheu a SOFID para acompanhar os seus primeiros passos na internacionalização – com a construção de uma unidade logística em Moçambique», revela Marta Mariz. «Esta unidade irá melhorar o fornecimento e reduzir o custo dos medicamentos que são necessários», acrescenta.

A SOFID é um interveniente relativamente recente, bem como de pequena dimensão, e o facto de trabalhar em parceria com outros garante que o banco de desenvolvimento não existe num vazio, uma situação que as iniciativas europeias e internacionais procuram evitar. «A associação de IEFD é um elemento fundamental da nossa estratégia. Trabalhar com organizações congéneres ajuda os nossos clientes a aceder a novos mercados, encontrar novos parceiros e criar novas parcerias», sublinha Marta Mariz, acrescentando que «para além da oportunidade que proporciona para partilhar experiências e conhecimentos, a rede de IEFD permite à SOFID contribuir para o objetivo comum de alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo».

O BEI comunga deste objetivo e reorientou as suas operações em conformidade. Tal como salienta Marta Mariz, «o principal desenvolvimento nos últimos anos não foi o fim da crise financeira, mas sim a alteração substancial do papel reservado ao setor privado no âmbito da Agenda 2030 – os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação Climática e o Plano de Ação de Adis Abeba».

As iniciativas globais, como estes quadros para o financiamento do desenvolvimento sustentável, são ambiciosas e abrangentes. Para concretizar todos os seus objetivos complementares, é necessária a colaboração de todas as organizações, independentemente da sua dimensão. Para o BEI e a SOFID, o apoio proporcionado às pequenas empresas é bem-vindo e oportuno.

## ASSISTÊNCIA TÉCNICA, BONIFICAÇÕES DE JUROS E COMBINAÇÃO DE RECURSOS

### Assistência técnica

Através da combinação de recursos com subvenções, incluindo no âmbito da **assistência técnica**, o Banco pode contribuir com os seus conhecimentos especializados para os projetos e dar orientações sobre as formas de financiamento. A nível local, os programas de assistência técnica do BEI podem ajudar a desenvolver as competências dos bancos locais que são seus parceiros, permitindo-lhes depois trabalhar diretamente com pequenas e microempresas. O valor da assistência técnica também é patente no setor público, onde as orientações do Banco ajudam os promotores de projetos de infraestruturas públicas a realizar estudos de viabilidade, a desenvolver planos de pormenor e a avaliar o impacto ambiental de um projeto.

Em 2018, foram aprovadas 13 operações de assistência técnica a cargo da dotação de Cotonu para a região ACP, no valor global de 14,5 milhões de EUR, das quais foram contratualizadas seis, no valor global de 4,77 milhões de EUR. Os fundos destinados a assistência técnica disponíveis ao abrigo da dotação Cotonu III já foram afetados praticamente na totalidade.

Por conseguinte, serão exploradas fontes alternativas de financiamento em 2019, especialmente da UE, aplicando também uma abordagem temática. A combinação de recursos da UE, que podem assumir a forma de ajudas ao investimento, assistência técnica ou bonificações de juros, acrescenta flexibilidade às operações de financiamento do BEI, permitido ao Banco conceder empréstimos em moedas locais ou reduzir o perfil de risco dos investimentos. Esta combinação de recursos fomenta também a cooperação com os parceiros bilaterais da UE, como os bancos de desenvolvimento ou as agências de execução nacionais.

### Bonificações de juros

O Acordo de Cotonu defende explicitamente as **bonificações de juros**, que são essenciais para tornar alguns projetos do setor público elegíveis para financiamento bancário. À semelhança de outros instrumentos de combinação de recursos, as bonificações de juros estão associadas, em especial, aos requisitos de concessionalidade impostos aos países ACP, que estão sujeitos a condições de empréstimo restritivas no âmbito de programas de redução do peso da

dívida, como por exemplo, o que se aplica aos PPAE – um grupo de 37 países em desenvolvimento, com níveis elevados de dívida e pobreza, que são elegíveis para beneficiar de assistência especial. Assim sendo, as bonificações de juros dão resposta ao problema da sustentabilidade da dívida, proporcionando um valor acrescentado efetivo. O BEI respeita as regras aplicáveis em matéria de concessionalidade, de modo a evitar subsidiar excessivamente projetos.

Nas regiões ACP, já foram afetados mais de 90 % da dotação para assistência técnica e bonificações de juros.

Relativamente à dotação para os PTU, foram utilizados apenas 25 000 EUR da dotação inicial de 5 milhões de EUR, que se destinaram à assinatura de uma operação de bonificação de juros para um projeto no Taiti.

## INSTRUMENTOS DE COMBINAÇÃO DE RECURSOS

### Fundos fiduciários

Tendo em conta a importância crescente dos fundos fiduciários no financiamento do desenvolvimento, o BEI criou vários instrumentos novos que utilizam fundos de doadores para apoiar projetos fora da UE, incluindo nos países ACP, ao longo do seu ciclo de vida. A nova plataforma de parceria para os fundos do Banco fornece uma estrutura dimensionável para gerir novos fundos fiduciários e simplificar procedimentos. Atualmente, a plataforma inclui três fundos, o maior dos quais é o Fundo da Iniciativa de Resiliência Económica (Economic Resilience Initiative Fund), que diz respeito a projetos no Norte de África, no Médio Oriente e nos Balcãs Ocidentais. Os outros dois fundos são o Fundo do Setor da Água (Water Sector Fund) e a Plataforma de Financiamento Climático Luxemburgo-BEI (Luxembourg-EIB Climate Finance Platform). Estes dois fundos estão numa fase embrionária, mas é expectável que venham a desempenhar um papel fundamental na operacionalização de projetos em África, embora o seu âmbito de atuação seja global.

O Fundo do Setor da Água (WSF) foi criado no final de 2017, com uma dotação de 2 milhões de EUR disponibilizados pelos Países Baixos. Tem como objetivo a prestação de assistência técnica para acelerar projetos no domínio da água em países pobres e emergentes, levando pequenos empresários a prestar serviços de abastecimento de água e envolvendo investidores institucionais locais no financiamento de projetos de água potável. O fundo ainda não desembolsou qualquer montante, mas tem uma reserva sólida de projetos, nomeadamente na África Subsariana. O WSF pretende tornar-se um fundo fiduciário multidoadores, de modo a

permitir a utilização de instrumentos financeiros, como sejam garantias de empréstimos e investimentos de capital, para apoiar projetos no domínio da água.

A Plataforma de Financiamento Climático Luxemburgo-BEI (LCFP) encontra-se numa etapa mais adiantada. A ideia subjacente à LCFP é catalisar o investimento do setor privado para projetos de atenuação das alterações climáticas e adaptação aos seus efeitos, que continuam a estar subfinanciados à escala global. O Luxemburgo disponibilizou 30 milhões de EUR como financiamento subordinado, o que, por seu turno, atrairá a participação de outros investidores. Para além de aprovar financiamento para o Green for Growth Fund, o LCFP também está a apoiar o Land Degradation Neutrality Fund (no qual o BEI já participa na qualidade de investidor principal). O objetivo deste fundo, no valor de 300 milhões de USD, é inverter a degradação dos solos e reabilitar cerca de 500 000 hectares de terrenos em vários continentes, que serão utilizados para fins como a silvicultura e a agricultura sustentáveis.

## Plataforma de Investimento para a África

A Plataforma de Investimento para a África (PIA) disponibiliza até 1 800 milhões de EUR para projetos na África Subsariana, entre 2016 e 2020. São elegíveis projetos de infraestruturas em áreas como as energias renováveis e os transportes, bem como as pequenas empresas e as iniciativas no setor da agricultura. Aproveitando a maior atenção dada pela Comissão Europeia à combinação de recursos financeiros, em 2018, o Banco assegurou financiamento sob a forma de subvenções para três operações na África Subsariana ao abrigo da Plataforma de Investimento para a África, nomeadamente para projetos de infraestruturas e cadeias de valor agrícolas. No início de 2018, os países da UE também aprovaram um projeto de silvicultura, utilizando recursos combinados do programa intra-ACP, mas o projeto ainda tem de ser aprovado pelo Secretariado ACP. Nas Caraíbas, foi aprovado um projeto de reconstrução pós-catástrofe e resistência às alterações climáticas. Na região do Pacífico, não foram apresentados pedidos de subvenções.

Ao abrigo da garantia do Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS), foram aprovados condicionalmente três pedidos de financiamento para investimentos na África Subsariana. As aprovações incluem um pedido conjunto com a Agence Française de Développement, ao abrigo da vertente «Energia sustentável», um pedido com a Fundação Gates relativo à saúde digital, ao abrigo da vertente «Digitalização», e um pedido ao abrigo da vertente «Cidades sustentáveis», que abrange tanto os países da vizinhança europeia como a África Subsariana. Não estão previstos novos convites à apresentação de propostas para beneficiar



da garantia do FEDS, ao abrigo do atual Quadro Financeiro Plurianual (QFP), uma vez que não estão disponíveis mais fundos.

Prevê-se que sejam apresentados mais pedidos no âmbito da Plataforma de Investimento para a África até ao final de 2019, que é o prazo para o financiamento ao abrigo do atual QFP. Estes pedidos potenciais foram incluídos na reserva prioritária da PIA. No entanto, tendo em conta que os recursos combinados para algumas regiões se esgotaram ao abrigo do atual QFP, a reserva de projetos do BEI inclui uma série de projetos que estão a atingir a maturidade num momento em que a disponibilidade de subvenções é uma incógnita, apesar de serem projetos coerentes com as prioridades da UE.

O Banco também conseguiu assegurar financiamento sob a forma de subvenções do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFUEAI), o antecessor da PIA, para um projeto de eletrificação no Níger. Criado em 2007, o FFUEAI tornou-se o maior fundo fiduciário sob gestão do BEI, com contribuições superiores a 800 milhões de EUR, tendo ajudado a financiar perto de 90 projetos, através de 120 operações.

## Facilidade de Investimento para as Caraíbas

A Facilidade de Investimento para as Caraíbas (FIC) apoia o crescimento económico sustentável na região, ao desbloquear financiamento para projetos de infraestruturas nos setores dos transportes, água e saneamento, energia e telecomunicações. Uma operação liderada pelo BEI na República Dominicana, que visa a reconstrução pós-catástrofe e a resistência às alterações climáticas, beneficia atualmente de uma subvenção ao abrigo da FIC. Em dezembro de 2018, foi assinado o Acordo de Delegação com a Comissão Europeia, que prevê um total de 17 milhões de EUR em subvenções, sob a forma de assistência técnica e ajudas ao investimento. São igualmente procuradas oportunidades de cofinanciamento em que o BEI ou outras instituições elegíveis assumem o papel de financiador principal perante a FIC.

## Facilidade de Investimento para o Pacífico

A Facilidade de Investimento para o Pacífico (FIP) apoia o crescimento inclusivo e sustentável na região do Pacífico, privilegiando projetos de infraestruturas que dão resposta às alterações climáticas e investimentos ecológicos nos domínios da energia, transportes, água e saneamento, ambiente e telecomunicações. Disponibiliza ainda financiamento para pequenas empresas. Atualmente, o BEI é o financiador principal de duas operações de assistência técnica que estão a decorrer ao abrigo da FIP, com um montante total de subvenções de 10 milhões de EUR. Nas Ilhas Fiji, o objetivo da assistência técnica é tornar o sistema de abastecimento de energia elétrica do arquipélago mais resistente às condições climáticas e contribuir para um estudo preparatório para o projeto de desenvolvimento da produção hidroelétrica no rio Qaliwana. A segunda operação, em Timor-Leste, referente à preparação e execução de projetos em setores de intervenção selecionados ainda precisa de ser relançada com o Governo de Timor-Leste.

## Cofinanciamento e angariação de recursos

As operações cofinanciadas pelas Instituições de Financiamento do Desenvolvimento (IFD) representam uma parcela significativa dos empréstimos concedidos pelo Banco fora da UE. A maior parte está concentrada nos países ACP e nos PTU, onde 62 % das assinaturas do BEI em 2018 (em termos de volume), a cargo da FI e dos recursos próprios do Banco, se destinaram a projetos que beneficiam ou virão a beneficiar de cofinanciamento de IFD. No total, o Banco contribuiu 859 milhões de EUR para 17 projetos, com um custo total aproximado de 5 000 milhões de EUR.

Além disso, estima-se que, relativamente aos projetos assinados em 2018, a Facilidade de Investimento ACP tenha conseguido atrair cerca de 60 % de investimento privado e 40 % de financiamento do setor público, desempenhando um papel catalisador (e, em grande medida, de ancoragem) em operações centradas no desenvolvimento do setor privado e que visam angariar recursos privados.

O BEI cofinanciou nove projetos com bancos de fomento nacionais e IFD bilaterais da Europa em 2018, nomeadamente a AFD e a Proparco, de França, o KfW e a DEG, da Alemanha, o FMO, dos Países Baixos, e o CDC, do Reino Unido. Os projetos em causa representam 27 % do financiamento total do BEI nos países abrangidos pelo Acordo de Cotonu, ou seja, 370 milhões de EUR de um total de 1 390 milhões de EUR. Estes números não incluem os mecanismos por conta e risco do Banco nem a República da África do Sul. Os parceiros europeus do BEI contribuíram, no total, com 838 milhões de EUR para estes projetos, nos quais se incluem o Medical

Credit Fund ao abrigo do PFEI, o APIS Growth Fund e as centrais de energia solar Radiant e Eldosol.

## Cooperação com as Nações Unidas

O BEI vem estreitando a sua colaboração com várias agências da ONU em setores específicos. Trabalha, por exemplo, com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), que centra esforços no apoio à industrialização e na melhoria das cadeias de valor, na Etiópia, onde o Governo pediu ao BEI para financiar dois projetos no âmbito da estratégia de industrialização do país (a zona industrial do couro em Modjo denominada «Modjo Leather City» e os parques agroindustriais). Relativamente à primeira operação, a UNIDO prestará assistência a projetos ao nível da cadeia de valor, recorrendo a financiamento da Comissão Europeia. A parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) também se está a alargar rapidamente, tanto a nível institucional como operacional. O PNUD pretende desempenhar um papel cada vez mais ativo no envolvimento dos bancos de desenvolvimento e das IFD nas fases iniciais dos planos de desenvolvimento nacionais, para ajudar a mobilizar recursos internacionais. O BEI e o PNUD conversam regularmente sobre as regiões onde desenvolvem a sua atividade (África/Caraíbas) e sobre possíveis operações conjuntas, especialmente no âmbito do Fundo Verde para o Clima (FVC). Estão a ser desenvolvidas outras iniciativas prometedoras com o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital (UNCDF), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

## Iniciativa de Delegação Recíproca

Nos países ACP, a metodologia da Iniciativa de Delegação Recíproca (IDR) foi adotada em 24 operações desde a conclusão da fase-piloto. Três dessas operações tiveram de ser retiradas devido a um impasse no projeto de investimento ou à alteração da estratégia de financiamento dos mutuantes. O BEI participa em 15 das restantes 21 operações, assumindo o papel de financiador principal em sete delas, designadamente em projetos no setor da água nas Seicheles, na Tanzânia e na Zâmbia, bem como num projeto no setor da eletricidade em Moçambique e num projeto de desenvolvimento de infraestruturas portuárias no Quênia. De uma forma geral, a IDR contribui para estabelecer laços mais fortes com os nossos parceiros AFD e KfW, bem como para melhorar a eficácia do financiamento europeu no exterior da UE. A iniciativa facilita as relações com os promotores dos projetos e contribui para aliviar os seus encargos administrativos, inspirando também a conceção de outros quadros de cooperação (mais limitados), como por exemplo, com o Banco Africano de Desenvolvimento.

# O QUE DIFERENCIA O BEI

**O BEI é um dos maiores emitentes e mutuantes supranacionais do mundo. Desenvolve a sua atividade em cerca de 160 países, investindo em projetos elegíveis para financiamento bancário e sustentáveis, que criam emprego e reduzem a pobreza. A União Europeia e o BEI estabelecem os mais elevados padrões ambientais e sociais, que o Banco pretende ver adotados de forma mais generalizada em todo o mundo.**

## MAIS DO QUE EMPRÉSTIMOS

**O Banco destaca-se de outras instituições financeiras em quatro aspetos principais.**

**Recursos de longo prazo adaptados às necessidades dos projetos:** o Banco utiliza cinco indicadores para determinar as condições de financiamento, entre os quais o prolongamento das maturidades típicas, a coincidência com a vida dos ativos, o financiamento em moeda local (que pode representar até 40 % da Facilidade de Investimento), os componentes de subvenção e o carácter inovador dos produtos.

**Contribuição técnica:** para além de proporcionar o financiamento, o BEI contribui também muitas vezes para aperfeiçoar as características de um projeto em termos comerciais, sociais, ambientais, de desenvolvimento ou de governação empresarial.

**Normas e mobilização de recursos:** a participação do BEI numa operação representa um valor acrescentado que resulta do seu efeito catalisador demonstrável, da aplicação de normas mais exigentes e da mobilização de outros recursos financeiros, particularmente entre os seus parceiros financeiros europeus.

**Flexibilidade:** o BEI desenvolve continuamente instrumentos de financiamento inovadores para assegurar que os empréstimos que concede satisfazem da melhor forma as necessidades dos mutuários e preenchem as lacunas de financiamento. A título de exemplo podem citar-se o Pacote para a Migração ACP, o Pacote para as Infraestruturas ACP, as obrigações de sensibilização para a sustentabilidade, as obrigações verdes e a Iniciativa de Resiliência Económica.





## Fontes de financiamento

O BEI emprega instrumentos diferentes para financiar diversos tipos de operações na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico. Regra geral, o Banco utiliza os seus recursos próprios para financiar as operações do setor público, predominantemente no setor das infraestruturas, sob a forma de empréstimos sénior. Estes fundos também podem ser utilizados para empréstimos intermediados. A dotação para empréstimos a cargo de recursos próprios é apoiada por acordos de garantia celebrados entre o BEI e cada um dos países da UE. A Facilidade de Investimento ACP está vocacionada para investimentos do setor privado. Para além dos empréstimos sénior e intermediados, o Banco também efetua investimentos de capital e quase-capital, concede empréstimos júnior e subordinados, presta garantias e oferece bonificações de juros e assistência técnica. Os recursos da Facilidade de Investimento são disponibilizados diretamente pelos Estados-Membros da UE, ao abrigo dos 9.º, 10.º e 11.º Fundos Europeus de Desenvolvimento.

O Pacote de Financiamento de Elevado Impacto é uma dotação separada da Facilidade de Investimento, utilizada para projetos de impacto mais elevado, que apresentam maiores riscos e retornos mais altos. Esta dotação permite apoiar iniciativas que extravasam o âmbito financeiro, geográfico ou setorial de outros instrumentos. Também pode ser usada para conceder empréstimos a intermediários financeiros em mercados com maior risco ou para projetos em setores com risco acrescido.

## FUNDOS GERIDOS PELO BEI

### Fundo autorrenovável da Facilidade de Investimento (FI)

#### 9.º, 10.º, 11.º Fundos Europeus de Desenvolvimento

- ACP – 3 637 milhões de EUR + 500 milhões de EUR destinados ao setor público para a migração
- PTU – 48,5 milhões de EUR
- Pacote de Financiamento de Elevado Impacto – 500 milhões de EUR + 300 milhões de EUR para a migração
- Pacote para as Infraestruturas: 1 500 milhões de EUR para o setor público

#### Dotações do 11.º FED

- ACP – 634 milhões de EUR
- PTU – 5 milhões de EUR

- Empréstimos júnior ou subordinados
- Financiamento sob a forma de quase-capital
- Financiamento sob a forma de capital
- Garantias
- Bonificações de juros
- Assistência técnica (até 15 %)

Moedas amplamente transacionadas e moedas locais

### Empréstimos sénior Empréstimos intermediados

Instrumentos também disponíveis ao abrigo da FI  
Moedas amplamente transacionadas

### Recursos próprios do BEI

- 11.º FED
- ACP – até 2 500 milhões de EUR
- PTU – até 100 milhões de EUR

## Transparência

O BEI rege-se por níveis muito elevados no que toca à transparência e ao respeito institucional pela responsabilidade democrática. Como instituição financeira pública que se orienta por políticas, e não pela obtenção de lucros, o Banco está sujeito à obrigação de transparência nos seus processos de decisão e de aplicação das políticas da UE nos países parceiros.

O Banco responde perante os cidadãos e tem de manter a sua credibilidade. Os princípios orientadores da atuação do BEI são a abertura, a boa governação, a participação e a responsabilidade democrática. Para reforçar estes princípios, desde 2014, o BEI publica os seus dados em consonância com as normas da Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IITA), um quadro técnico para a publicação de informações e dados sobre atividades de cooperação para o desenvolvimento. Qualquer pessoa pode descarregar do sítio Web do BEI dados relativos à conformidade das informações que o Banco publica sobre as suas atividades com estas normas internacionais.

No mesmo ano, o BEI lançou um registo público, que contém as avaliações de impacto social e ambiental dos projetos que fazem parte das operações do Banco. Também estas informações estão disponíveis para todos os interessados.

## O Quadro de Medição de Resultados

O BEI utiliza o Quadro de Medição de Resultados (ReM) para acompanhar os resultados dos projetos no exterior da UE e avaliar o contributo para os objetivos da UE e do país em questão, bem como a diferença que resulta da intervenção do Banco face à oferta dos mercados locais. O quadro reforça o processo de avaliação, apoia a monitorização do ciclo de vida do projeto e complementa a análise prévia do BEI.

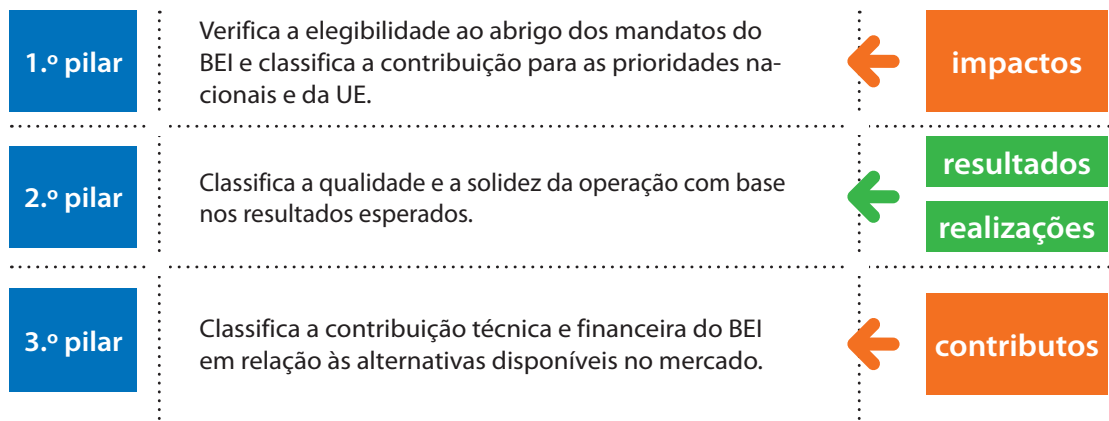
No início do ciclo de vida do projeto, o Banco identifica indicadores para cada projeto e estima as realizações e os resultados previstos. Posteriormente, o BEI monitoriza o desempenho do projeto nas diferentes etapas do seu ciclo de vida. Por exemplo, no caso dos projetos de infraestruturas, o Banco monitoriza os resultados quando o projeto é concluído e, de novo, três anos após essa data. Para os projetos financiados ao abrigo do Pacote de Financiamento de Elevado Impacto é utilizado um quadro ampliado, designado de «ReM+».

Desde a introdução deste quadro, em 2012, cerca de 600 projetos foram sujeitos a uma avaliação ReM na fase de apreciação. Os projetos no setor financeiro e alguns projetos de infraestruturas aprovados ao abrigo deste quadro estão a chegar agora à fase de conclusão.

Na medida do possível, o Banco harmonizou os seus indicadores do ReM com os de outras instituições financeiras internacionais, a fim de simplificar a prestação de informações a que os clientes estão obrigados no âmbito de operações cofinanciadas. O BEI também harmonizou os indicadores com a Comissão Europeia, no quadro da «plataforma de combinação de recursos» da UE para projetos de desenvolvimento que exigem uma combinação de subvenções e financiamento sob a forma de empréstimos. O BEI trabalha em permanência com outras agências de desenvolvimento e instituições financeiras para melhorar a coordenação e a harmonização dos indicadores de resultados utilizados.



## O Quadro REM





## O ACORDO DE COTONU E O BEI

**As operações do BEI nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e nos países e territórios ultramarinos (PTU) são realizadas ao abrigo do Acordo de Parceria ACP-UE («Acordo de Cotonu», 2000-2020) e da Decisão de Associação Ultramarina, que constituem o quadro jurídico que rege as relações da UE com estas regiões. O financiamento ao abrigo destes acordos provém dos orçamentos dos países da UE, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e dos recursos próprios do BEI, captados nos mercados de capitais internacionais.**

O Banco tem a seu cargo a gestão da Facilidade de Investimento, um fundo autorrenovável que responde às necessidades de financiamento de projetos de investimento realizados nestas regiões, recorrendo

a um amplo leque de instrumentos flexíveis de tomada de risco. Para acompanhar a preparação e execução dos projetos que financia, o BEI também pode conceder aos seus mutuários e beneficiários finais subvenções sob a forma de bonificações de juros e assistência técnica.

Nos termos do Acordo de Cotonu (assinado em 2000 e revisto em 2005 e 2010), o objetivo central da cooperação ACP-UE é a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial (artigo 19.º, n.º 1).

O Acordo estabelece ainda que «as estratégias de cooperação ACP-UE [...] têm por objetivo: assegurar um crescimento económico, rápido e sustentado, que permita criar postos de trabalho, desenvolver o setor privado, aumentar o emprego, melhorar o acesso aos recursos produtivos e às atividades económicas e pro-



mover a cooperação e a integração regionais» (artigo 20.º, n.º 1).

De acordo com o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas e agora também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, as operações do BEI nos países ACP apoiam projetos que proporcionem benefícios sociais, económicos e ambientais sustentáveis, respeitando estritamente as obrigações de transparência que devem orientar a gestão de fundos públicos.

## ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

**O departamento de Parceiros Internacionais do BEI tem a seu cargo a gestão de todas as atividades do Banco na África Subsaariana, nas Caraíbas, no Pacífico, na República da África do Sul e nos países e territórios ultramarinos.**

O departamento também é responsável pela realização de atividades com interesse para os países ACP ao abrigo de mandatos especiais. Para além disso, os colaboradores da Direção de Projetos, do Secretariado-Geral, do Departamento de Gestão de Mandatos, da Direção de Gestão e Reestruturação das Operações, da Divisão de Acompanhamento das Operações, da Divisão de Instrumentos de Capital Próprio e Microfinanciamento, da Divisão de Fundos Fiduciários e Combinação de Recursos e da Direção Jurídica também estão empenhados em assegurar o êxito das operações nos países ACP.

No final de 2018, contavam-se cerca de 100 membros do pessoal encarregados das operações nos países ACP, distribuídos entre a sede do BEI no Luxemburgo e as representações e os gabinetes regionais externos nas regiões ACP.

As representações externas do BEI ajudam a promover as atividades do Banco, assegurando as relações institucionais, o desenvolvimento da atividade e a monitorização do ciclo de vida dos projetos. Além disso, assumem a gestão das relações a todos os níveis de tomada de decisão nos setores público e privado.

O BEI tem seis representações regionais, que abarcam a África Ocidental, Oriental e Central, a África Austral e a região do Oceano Índico, as regiões das Caraíbas e do Pacífico. A representação em Adis Abeba abrange a Etiópia e as relações com a União Africana.

As primeiras duas representações do BEI para as regiões ACP foram criadas em 2017, em Barbados e em Dacar, para reforçar o alcance local do Banco.

Sempre que possível, o BEI partilha o espaço com gabinetes da UE, como por exemplo, em Abidjan, Adis Abeba, laundé, Barbados e Dacar.

Não serão abertos novos gabinetes externos ou representações até haver maior clareza sobre o futuro do Mandato de Cotonu.

# PAÍSES BENEFICIÁRIOS DE COTONU

## ÁFRICA

- África do Sul\*\*
- Angola
- Benim
- Botsuana
- Burquina Faso
- Burundi
- Cabo Verde
- Camarões
- Chade
- Comores
- Congo
- Costa do Marfim
- Eritreia
- Essuatíni
- Etiópia
- Gabão
- Gâmbia
- Gana
- Guiné
- Guiné Equatorial\*
- Guiné-Bissau
- Jibuti
- Lesoto
- Libéria
- Madagáscar
- Maláui
- Mali
- Maurícia
- Mauritânia
- Moçambique
- Namíbia
- Níger
- Nigéria
- Quénia
- República Centro-Africana
- República Democrática do Congo
- Ruanda
- São Tomé e Príncipe
- Seicheles
- Senegal
- Serra Leoa
- Somália
- Sudão do Sul\*
- Sudão\*
- Tanzânia
- Togo
- Uganda
- Zâmbia
- Zimbabué

## CARAÍBAS

- Antígua e Barbuda
- Baamas
- Barbados
- Belize
- Cuba\*
- Domínica
- Granada
- Guiana
- Haiti
- Jamaica
- República Dominicana
- Santa Lúcia
- São Cristóvão e Nevis
- São Vicente e Granadinas
- Suriname
- Trindade e Tobago

## PTU

- Anguila
- Aruba
- Bermuda
- Bonaire
- Curaçau
- Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
- Gronelândia
- Ilhas Caimão
- Ilhas Falkland
- Ilhas Turcas e Caicos
- Ilhas Virgens Britânicas
- Monserrate
- Nova Caledónia e Dependências
- Pitcairn
- Polinésia Francesa
- Saba
- Santa Helena e Dependências
- Santo Eustáquio
- São Bartolomeu
- São Martinho (Sint Maarten)
- São Pedro e Miquelon
- Território Antártico Britânico
- Território Britânico do Oceano Índico
- Territórios Austrais e Antárticos Franceses
- Wallis e Futuna

## PACÍFICO

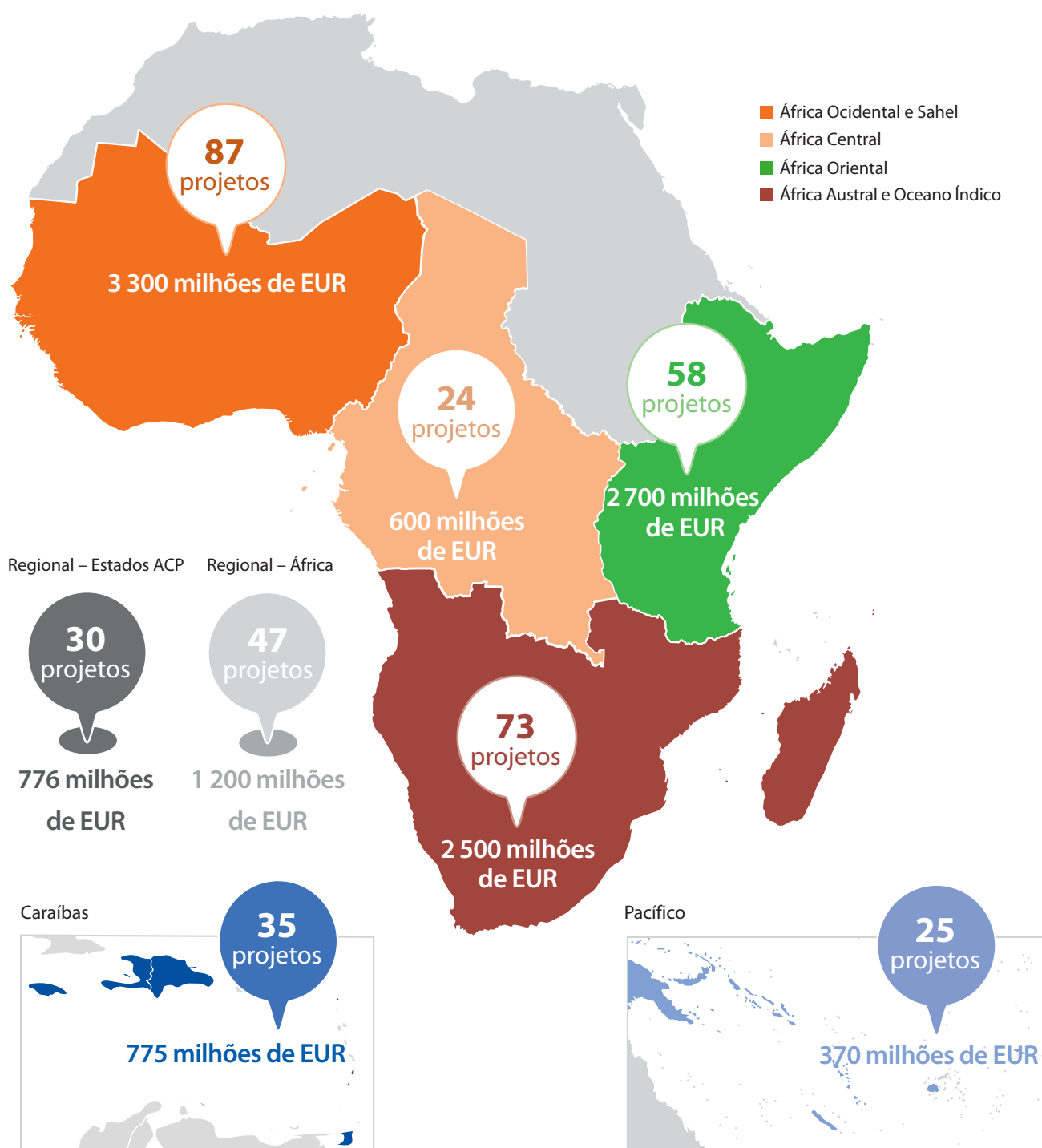
- Fiji
- Ilhas Cook
- Ilhas Marshall
- Ilhas Salomão
- Micronésia
- Nauru
- Niue
- Palau
- Papua-Nova Guiné
- Quiribáti
- Samoa
- Timor-Leste
- Tonga
- Tuvalu
- Vanuatu

\* Estado ACP que não é signatário ou não ratificou o Acordo de Parceria de Cotonu revisto.

\*\* África do Sul: embora seja parte do grupo regional de Estados ACP e signatária do Acordo de Parceria de Cotonu, a África do Sul recebe assistência do BEI ao abrigo de um mandato diferente.

# AS OPERAÇÕES DO BEI AO ABRIGO DO MANDATO DE COTONU, EM NÚMEROS

DESAGREGAÇÃO POR REGIÃO DESDE 2003



# MONTANTE ACUMULADO DAS ASSINATURAS A CARGO DA FACILIDADE DE INVESTIMENTO DE COTONU E DE RECURSOS PRÓPRIOS, ACP E PTU (ENTRE 04/2003 E 12/2018)

## DESAGREGAÇÃO POR FUNDOS

FACILIDADE DE INVESTIMENTO

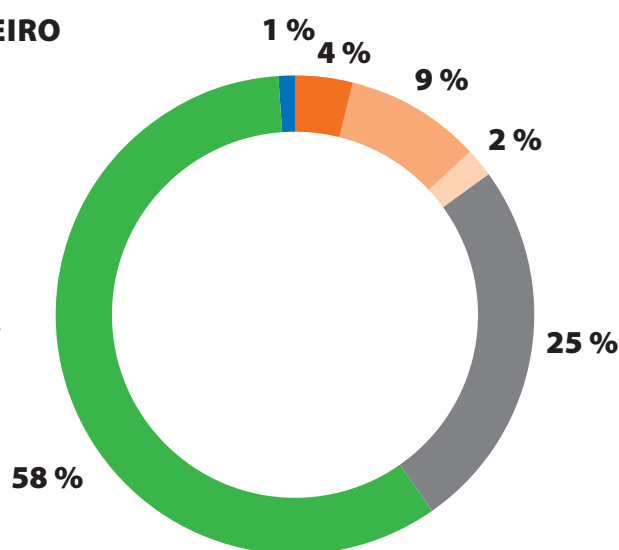
57 %

RECURSOS PRÓPRIOS DO BEI

43 %

## DESAGREGAÇÃO POR INSTRUMENTO FINANCEIRO

- ACORDOS DE AGÊNCIA
- TOMADAS DE PARTICIPAÇÃO
- GARANTIAS
- EIMB
- EMPRÉSTIMOS SÊNIOR
- EMPRÉSTIMOS SUBORDINADOS E QUASE-CAPITAL



## SETOR PRIVADO VS. SETOR PÚBLICO

SETOR PRIVADO

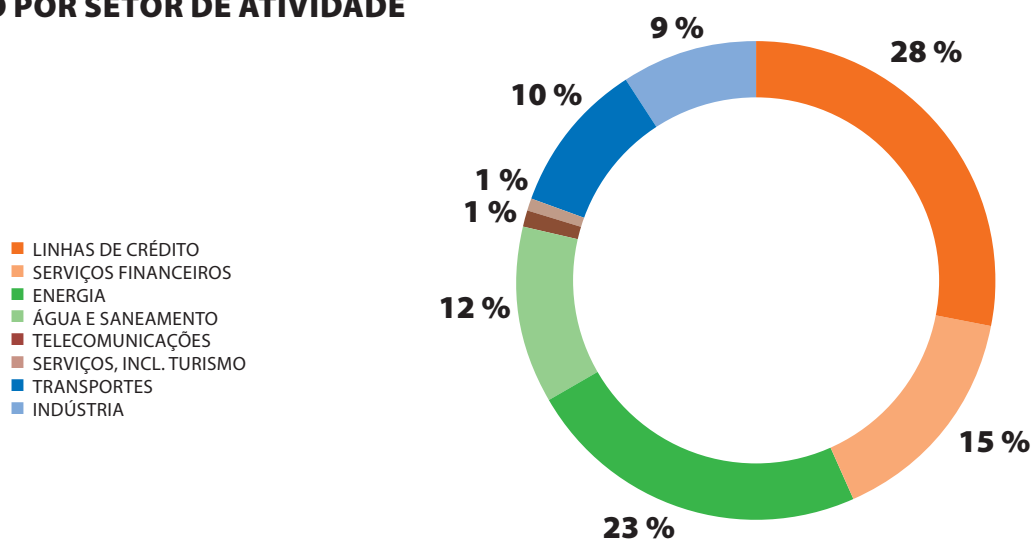
60 %

SETOR PÚBLICO

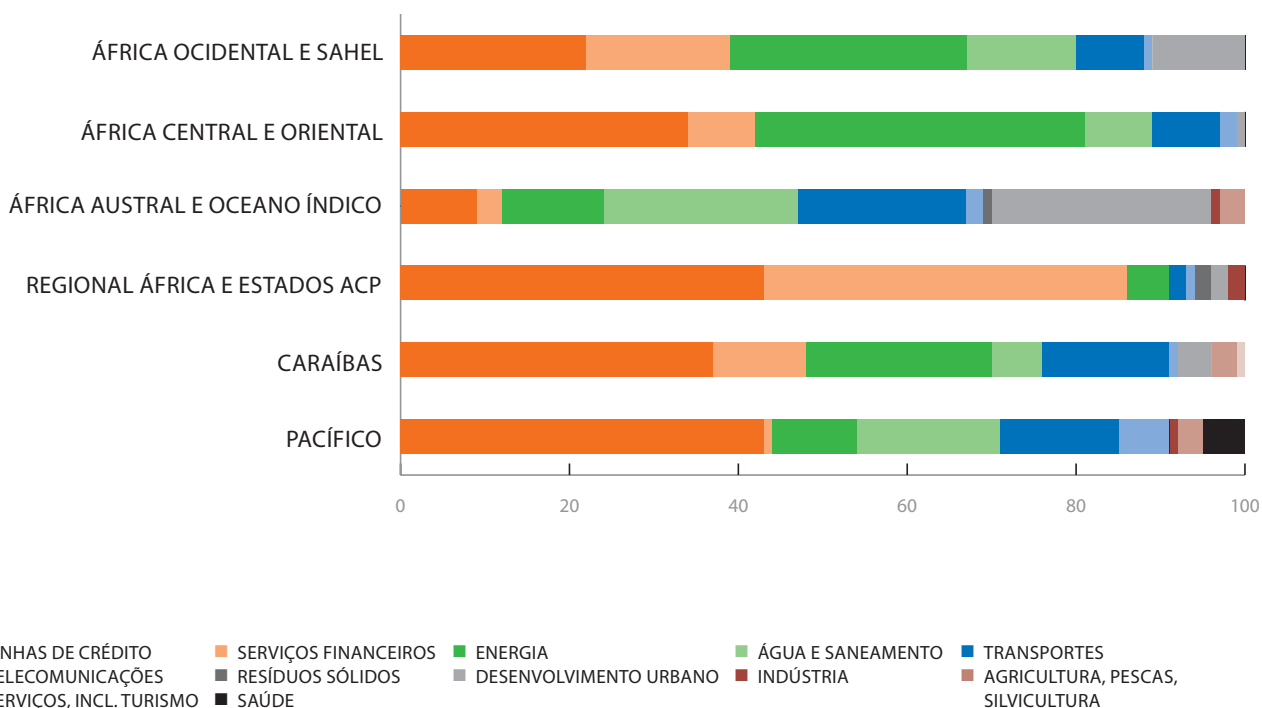
40 %



## DESAGREGAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE



## DESAGREGAÇÃO POR SETOR E POR REGIÃO



# OS ANOS VINDOUROS

## MARIA SHAW-BARRAGAN, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PARCEIROS INTERNACIONAIS DO BEI



**Fazendo uma retrospectiva do último ano – aliás, dos últimos 17 anos – o que verdadeiramente me impressiona na atividade de financiamento do BEI na África Subsaariana, nas Caraíbas e no Pacífico é a forma como os projetos do Banco se alteraram e diversificaram. À medida que as prioridades das regiões ACP e as políticas de desenvolvimento dos Estados-Membros da UE foram mudando, também o papel do BEI evoluiu. O Banco está a responder de forma mais pró-ativa às necessidades das pessoas no terreno.**

**G**raças à sua estratégia no domínio do clima, o Banco está a adotar uma visão mais holística dos impactos ambientais causados pelos projetos que financia. O BEI está a alinhar as suas atividades com o Acordo de Paris, juntamente com as instituições suas congéneres, considerando os fatores associados ao clima e ao risco em cada projeto. Com o seu Plano de Ação para a Igualdade de Género, o BEI leva também

em conta as necessidades das mulheres e raparigas em todo o mundo, e promove um financiamento mais inclusivo – esta é a atitude correta e também sensata do ponto de vista financeiro. Tendo em vista o desenvolvimento sustentável das economias, não faz sentido marginalizar metade da população.

O Banco está a fazer mais pelas economias frágeis, os países que enfrentam dificuldades decorrentes de conflitos ou catástrofes naturais. Trabalhar em conjunto com outras instituições financeiras e parceiros europeus permite ao BEI apostar na diversificação, em novos países e setores, e disponibilizar mais financiamento em benefício das populações.

À medida que os instrumentos do Banco foram evoluindo e este foi sendo capaz de assumir mais riscos, para ter maior impacto, as suas operações tornaram-se mais orientadas e especializadas. Isto proporcionou ao BEI a versatilidade que não tinha anteriormente, o que é oportuno: África é um continente em transformação. Está a surgir uma geração de jovens com ambições e ideias para melhorar a situação, para si e para as suas comunidades. Estas mulheres e homens têm imenso potencial, mas não dispõem das condições para prosperar. Nas Caraíbas e no Pacífico, o Banco está também a promover um ambiente empresarial mais propício e infraestruturas mais resistentes.

Ao longo do próximo ano, o BEI quer ajudar a assegurar que o Mandato de Cotonu seja concluído com sucesso. O Banco pretende garantir que os instrumentos ao seu dispor, nomeadamente a Facilidade de Investimento ACP, o Pacote para as Infraestruturas e o Pacote de Financiamento de Elevado Impacto, continuem a ser utilizados para financiar projetos de alta qualidade e diversificados em inúmeros setores. As conversações ainda estão em curso, mas estão a ser dados os passos certos para uma transição ordeira.

A longo prazo, o BEI espera estreitar os laços com os seus parceiros no Serviço Europeu para a Ação Externa e na Comissão Europeia, procurando manter o seu papel como braço financeiro da União Europeia para a África Subsaariana, as Caraíbas e o Pacífico.





**ÁFRICA  
CARAÍBAS  
PACÍFICO  
PAÍSES E TERRITÓRIOS  
ULTRAMARINOS**

**RELATÓRIO ANUAL 2018**



**Banco Europeu de Investimento**  
98-100, boulevard Konrad Adenauer  
L-2950 Luxembourg  
☎ +352 4379-1  
[www.eib.org](http://www.eib.org) – [info@eib.org](mailto:info@eib.org)

🐦 [twitter.com/EIB](https://twitter.com/EIB)

📘 [facebook.com/EuropeanInvestmentBank](https://facebook.com/EuropeanInvestmentBank)

📺 [youtube.com/EIBtheEUBank](https://youtube.com/EIBtheEUBank)